



Departamento de Sociologia

Conciliação entre Vida Profissional e Familiar em Cabo Verde.

O Papel do Estado e das Famílias

Ulisses do Rosário Borges da Veiga

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Sociologia

Orientadora:

Doutora Maria das Dores Guerreiro, Professora Auxiliar,

ISCTE – IUL

Setembro, 2010

Conciliação entre Vida Profissional e Familiar em Cabo Verde.  
O Papel do Estado e das Famílias

Ulisses do Rosário Borges da Veiga

ISCTE – IUL

Setembro, 2010

# Conciliação entre a Vida Profissional e Familiar em Cabo Verde: O papel do Estado e das Famílias

## Resumo

O mundo contemporâneo tem demonstrado, nas últimas décadas, que as sociedades são confrontadas e atravessadas por transformações profundas das estruturas sociais a grande dimensão, gerando mutações na organização do trabalho e da vida familiar, adquirindo formas diversas, consoante os contextos e locais. O forte aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho teve um impacto decisivo na reconfiguração familiar, tanto na esfera pública como na esfera privada, com consequências muito expressivas nas formas de articulação entre a vida profissional e familiar. Tanto o modelo do homem provedor foi posto em causa, como as formas actuais de divisão familiar de trabalho revelam assimetrias entre os casais e a evolução do modelo de duplo emprego. Esta investigação, analisa a problemática da conciliação vida familiar e trabalho na sociedade Cabo-verdiana, debruçando-se especificamente sobre as estratégias que os indivíduos utilizam, tendo em conta dois agentes: o Estado e a família. A metodologia de pesquisa utilizada baseou-se na análise documental de âmbito qualitativo e quantitativo e a técnica de recolha de informação, em entrevistas de tipo semi-directivo, a dez casais, casados ou vivendo maritalmente, com filhos e que trabalham.

**Palavras-chave:** Trabalho, família, género, articulação vida profissional e familiar

# Conciliation Life Professional and Family in Cape Verde: The Role of the State and of the Families

## **Abstract**

The contemporary world has demonstrated, in the last decades that societies are confronted by profound transformations of societal structures at great length, generating mutations in the work organization and family life, acquiring different shapes according to contexts and locations. The important increase of women participation in the labour market has had a decisive impact in familial reconfiguration, as much in the public sphere as in the private sphere, with very important consequences in the articulation between professional and family life. The providing man model has been questioned, as well as the form of the family work division reveal asymmetries between the couples and double employment evolution model. This investigation analyze the problematic of family life conciliation and work in the Cape Verde society, specifically leaning over the strategies by individuals considering two agents: the State and the Family. The research methodology used was based on document analysis of qualitative and quantitative scope and gathering of information technique, in semi directive interviews, of ten couples married or living as man and wife with children and working.

**Key-words:** Work, family, gender, conciliation life professional and family

## Índice

Siglas .....	ii
Índice de quadros .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Introdução.....	1
Metodologia .....	4
<b>Parte I</b>	
1 - Enquadramento teórico .....	7
1.1 Sociedade contemporânea e papéis de género.....	7
1.2 - Mulheres e ocupações profissionais.....	12
<b>Parte II</b>	
2 - Cabo Verde: O contexto, histórico, sócio-demográfico, económico e político .....	15
2.1 - Panorama demográfico e familiar da sociedade Cabo-verdiana 1980 a 2008 .....	18
2.2 - Presença das mulheres em ocupações profissionais em Cabo Verde .....	22
<b>Parte III</b>	
3 – Conciliação entre vida familiar e vida profissional .....	25
3.1 - O quadro nacional das políticas de conciliação entre a vida familiar e vida profissional.....	25
3.1.1 - O papel do estado .....	27
3.2 - As estratégias das famílias .....	29
Conclusão .....	35
Bibliografia.....	38
Anexos .....	41

## **Siglas**

GEP-MEES Gabinete de Estudos, Planeamento do Ministério da Educação e Ensino Superior

H Homens

ICIEG Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género

IDSR Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

IEFP Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE Instituto Nacional de Estatística

ISE Inquérito Semestral ao Emprego

M Mulheres

QUIBB Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar

RGPH Recenseamento Geral da População e Habitação

## **Índice de quadros**

Quadro nº1 – Evolução do panorama demográfico e familiar 1980-2008 (%)

Quadro nº2 – População activa com 15 anos ou mais, empregada e desempregada segundo o sexo e nível de instrução (%)

Quadro nº3 – População empregada, com 15 ou mais anos, segundo o sexo por situação na profissão, 2000 -2006

Quadro nº4 – População com 15 anos ou mais, empregada segundo o sexo por sector e secção de actividade (%)

Quadro nº5 – Distribuição da população empregada segundo o sexo por profissão

Quadro nº6 – População com 15 anos ou mais, empregada segundo o sexo por sector de actividade (%)

Quadro nº7 – Caracterização dos entrevistados por casal

Quadro nº 8 – Divisão das tarefas domésticas e cuidados com as crianças

## **Agradecimentos**

Um trabalho académico nunca é feito por uma única pessoa. Pode-se pensar num problema, escolher o tema, decidir transformá-lo num projecto de investigação e construí-lo como se quer, mas desde o primeiro passo, a figura do Orientador é muito importante. Quero aqui agradecer de forma muito particular a minha Orientadora, Professora Doutora Maria das Dores Guerreiro, pelo apoio e encorajamento contínuo de pesquisa, durante todo o desenvolvimento deste trabalho, por me fazer reflectir, avançar, rever as deficiências, até me tornar o meu própria guia. Este agradecimento estende-se à Professora Helena Carreiras e aos demais Professoras do ISCTE – IUL, pelos conhecimentos transmitidos, ao Departamento de Sociologia pelo apoio institucional e pelas facilidades oferecidas e ao ISCTE- IUL por oferecer o ambiente propício.

À minha família, em especial, a minha querida mulher, Mara Miranda Dantas dos Reis, que me encorajou nas discussões de ideias e na revisão do texto.

Há ainda o apoio dos amigos e parentes mais próximos que me acompanharam nesta caminhada, que discutiram comigo alguns tópicos importantes ou apoiando-me nos momentos de tristezas e alegrias. Não sendo possível citar todos, um muito obrigado por tudo.

## **Introdução**

A família e o trabalho constituem fenómenos sociais e ganham que ganham cada vez maior actualidade, designadamente a problemática da conciliação entre a vida profissional e familiar afectando mais as mulheres do que os homens, pela entrada maciça destas no mercado de trabalho, em consequência de várias transformações, ocorridas nas últimas décadas do século XX e princípios do século XXI.

A problemática da conciliação entre a vida profissional e familiar como um fenómeno relacionado com o mundo laboral moderno tem sido objecto de vários estudos a nível das ciências sociais, com particular destaque para a sociologia que têm evidenciado as desigualdades de género, socialmente construídas. Trata-se de um problema da realidade social sério, emoldurado dentro da sociologia da família, trabalho e género, cabendo aos cientistas sociais, com destaque para os sociólogos, analisar, de uma forma crítica, essa problemática, no sentido de encontrar explicações e interpretações exequíveis.

As razões que justificam a realização do presente estudo, prendem-se com a minha própria experiência profissional e familiar que ao longo dos últimos anos tenho vindo a lidar e me ter deparado e sido obrigado a lidar, igualmente assim como as experiências vividas nos círculos familiares de amigos. Um segundo motivo é fornecer elementos para uma reflexão sobre o processo de conciliação entre a vida familiar e profissional, a serem socializados nas diversas instituições, na medida em que hipoteticamente, existe a noção de que muitas instituições e os próprios que nelas laboram não têm a consciência clara dos seus direitos e que esses direitos estão directamente implicados na problemática da conciliação entre a esfera profissional e familiar. Além disso, importa procurar encontrar e compreender os factores e as causas explicativas das assimetrias de género, no mercado de emprego e no seio do agregado familiar em Cabo Verde. Por fim, trata-se de uma área ainda pouco analisada, a nível nacional.

Nesta linha de ideias, os objectivos propostos para investigar a problemática da conciliação entre a vida profissional e familiar, em Cabo Verde, são analisados a dois níveis: macro e micro. Ao primeiro nível corresponde o objectivo geral de identificar a legislação nacional relacionada ao tema e em que medida esses normativos beneficiam e promovem políticas e estratégias de conciliação entre o trabalho e família. Num segundo nível, correspondente ao objectivo específico, consiste em identificar e compreender o que fazem e que estratégias utilizam os indivíduos profissionais para conciliar o trabalho e a vida familiar.



Essas estratégias podem assumir dois sentidos. O sentido dos direitos que se remetem para o contrato psicológico (Lewis, 1998) ou culturais, e o sentido das necessidades (Guerreiro, 1999), em termos de equipamentos sociais públicos, horários, transportes e outras. Este estudo visa também, analisar as ideologias de género nas famílias, cujo objectivo é compreender como são perspectivados os papéis masculinos e femininos por ambos os sexos. Subjacente a estes objectivos está presente, em moldes transversais, a preocupação de conhecer as ideologias de género veiculadas pelos diversos agentes que fazem parte dos observáveis.

Este projecto está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo analisa-se a sociedade contemporânea e os papéis de género, apoiando-nos nos conceitos de sociedade pós-industrial e género nas suas distintas abordagens teóricas, com realce numa análise dos autores mais contemporâneos. O que se pretende com este ponto de enquadramento teórico, é tentar demonstrar a forma como o mundo contemporâneo tem passado por profundas mudanças que vêm afectando a vida dos indivíduos, com uma grande incidência a nível da família e do trabalho, a um ritmo acelerado e desigual, conforme a realidade das regiões e sociedades. Não existe país no mundo onde a questão da família, igualdade de género e profissão não estejam na agenda das preocupações e debate. No segundo ponto, aborda-se a problemática das mulheres e sua forma de inserção em ocupações profissionais. As desigualdades verificadas entre os indivíduos nos domínios do mercado de trabalho, nas estruturas políticas e na própria família, muitas vezes, são fortalecidas pelas legislações, pelos costumes, pelas políticas de desenvolvimento, em suma pelas próprias instituições, na medida em que o género é visto como uma estrutura interpretativa das relações entre os actores sociais, mutável segundo os modos de vida e de organização social da época em que se vive.

O segundo capítulo ocupa-se do contexto, histórico, sócio-demográfico, económico e político. Aqui foi efectuada uma abordagem quantitativa, tendo como fontes de análise os dados estatísticos do INE, Censos de 1980, 1990, 2000 e 2008 e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, inquéritos ao emprego, entre outros, cujo objectivo principal é caracterizar e analisar, contextualizando a sociedade cabo-verdiana nesses contextos, como forma de melhor compreender as suas dinâmicas internas. Neste capítulo são, assim, analisados indicadores demográficos e sócio-económicos da população cabo-verdiana, com a finalidade de demonstrar o panorama actual das mudanças profundas ocorridas na estrutura familiar e a nova forma de organização profissional e familiar, tais como: o casamento, a fecundidade, o divórcio, vida doméstica das famílias, dimensão da família, tipos de agregados domésticos, escolaridade e mercado de trabalho. Esta análise é efectuada num subcapítulo intitulado: presença das mulheres em ocupações profissionais em Cabo Verde.

No terceiro capítulo, que corresponde à pesquisa de índole qualitativa, são analisadas as políticas e as práticas de conciliação entre a vida familiar e vida profissional, a nível de dois agentes: Estado e família. Mobiliza-se aqui a recolha e análise documental, por um lado, e, por outro, a realização de entrevistas a casais. Nesta parte, num primeiro momento, é focada a legislação e outros documentos existentes a nível nacional e que abordam a política da família, trabalho e emprego, tais como: a constituição; os códigos civil e de trabalho; os regulamentos internos das instituições públicas e privadas; relatórios; programas do governo; e alguns estudos sobre a igualdade e equidade de género. O segundo capítulo desta terceira parte aborda o ponto central da pesquisa a realizar, que consiste na análise das entrevistas aos actores intervenientes principais destes processos de articulação entre família e actividade profissional: homens e mulheres a viverem em casais. Segue-se a conclusão.

## **Metodologia**

Numa investigação sociológica deve-se sempre perspectivar a inserção dos elementos a serem analisados nas estruturas sociais mais extensas, para que todos os elementos tenham uma certa coerência. Também na produção dos conhecimentos é necessária uma tomada de consciência das condições sociais existentes, em constante mutação.

Émile Durkheim (1995) foi sem dúvida o primeiro sociólogo a propor um princípio de explicação sociológica, recorrendo ao princípio de coerência. Segundo Durkheim (1995:124) “um facto social só pode ser explicado por um outro facto social”. E acrescenta “a causa determinante de facto social deve ser procurado entre os factos sociais antecedentes e não nos estados de consciência individual”. Querendo dizer que um “facto social”<sup>1</sup> não pode ser explicado senão por via de um outro facto social e que esses factos se encontram intimamente ligados uns aos outros. Estas expressões vêm chamar a atenção do sociólogo, que na análise dos factos sociais, não pode conduzir a investigação de acordo com a sua personalidade, mas sim, relacionar os factos individuais com os fenómenos colectivos, porque os factos sociais se interligam.

Um aspecto importante é a pergunta de partida. Segundo Quivy e Champenhoudt (1992:30), “o fio condutor que deve ser tão claro quanto possível”, que serve para “enunciar o projecto de investigação”, sendo através dela que “o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor”. Neste sentido, enunciam-se as seguintes questões: Em que medida as políticas e as directrizes do Estado e os valores da estrutura familiar implicam na conciliação entre a vida familiar e profissional? Até que ponto as mudanças rápidas e profundas nas novas formas de organização do trabalho e família têm implicações na conciliação entre a vida familiar e profissional? De que maneira a necessidade de conciliação entre a vida familiar e profissional se deve à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho profissional?

A metodologia de investigação utilizada neste estudo situa-se a dois níveis: numa análise documental de teor qualitativo e quantitativo, tendo em conta a amplitude e complexidade da questão e também a sua interligação com outros fenómenos. Utilizou-se ainda, como técnica de recolha de informação, a entrevista de tipo simi-directiva. Foram

---

<sup>1</sup> - É toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coesão exterior: ou então o que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (Durkheim, 1995:39).

igualmente entrevistados vinte indivíduos que vivem unidos pelo casamento ou em uniões de facto e que trabalham, deparando-se com a necessidade de conciliar o trabalho e família. A selecção dos indivíduos entrevistados baseou-se num conjunto de critérios tais como: a vivência em casal, com filhos menores, desempenhando ambos os membros do casal uma actividade profissional fora de casa, casado ou em união de facto. As entrevistas foram realizadas individualmente em casa e no local de trabalho dos entrevistados, com uma duração média de 25 minutos cada.

A entrevista<sup>2</sup> é uma técnica que permite uma aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana e possibilita obter informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. O método de entrevista é caracterizado por um contacto directo entre o investigador e os interlocutores, permitindo-se assim uma verdadeira troca.

E. Wragg (1984) distingue três tipos essenciais de entrevistas: estruturadas, que se identificam com o inquérito por questionário e baseiam-se num guião que especifica o tipo de perguntas e a ordem por que devem ser feitas, com respostas frequentemente do tipo sim/não; as semi-estruturadas conferem maior latitude na resposta ao entrevistado, embora todos os inquiridos sejam sujeitos às mesmas questões, e não estruturadas, onde, a partir de um estímulo inicial, se dá uma grande liberdade de resposta ao entrevistado<sup>3</sup>. A vantagem na escolha dessa técnica relaciona com o grau de aprofundamento das informações de análise recolhida e permite uma maior flexibilidade; assim como, a fraca directividade dos dispositivos que possibilitam os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referências, isto é, a sua linguagem e as suas categorias mentais (Quivy e Champenhoud, 1992).

A escolha desta metodologia prende-se com uma certa homogeneidade, característica da população alvo. O campo empírico foi a cidade da Praia, Cidade Capital com a maior densidade populacional do país, onde se concentra maior número de serviços, empregos e infraestruturas.

A partida para o terreno é sem dúvida um momento de ansiedade e expectativa em qualquer trabalho de pesquisa, na medida em que existirá uma quantidade de questões de ordem sociológica e não só, que podem entrecruzar-se com o quadro teórico, em torno do

---

<sup>2</sup> - A entrevista semi-directiva é mais utilizada nas investigações em ciências sociais. É uma técnica de investigação que não é nem inteiramente aberta e nem seguida por um vasto número de perguntas precisas. O investigador entrevistador dispõe sempre de um guião de questionário, em que as perguntas não obedecem sempre à ordem em que estão anotadas, nem à exacta formulação prevista (Quivy e Champenhoud, 1992).

<sup>3</sup> - In Maria Custódia Jorge da Rocha (2005), *Educação, Género e Poder: Uma abordagem Política, Sociológica e Organizacional*, Dissertação de Doutoramento em Educação.

objecto de estudo. A pesquisa de terreno permite um encontro factual com a realidade, o que implica uma redefinição das teorias formuladas sobre o tema ou a confirmação das hipóteses predefinidas.

É neste contexto que são formuladas algumas hipóteses<sup>4</sup>, de forma prematura, sabendo que nos trabalhos de investigação “a hipótese apresenta-se como uma resposta provisória à pergunta de partida da investigação (...)” (Quivy e Campenhoud, 1992).

Desta feita são formuladas as seguintes hipóteses: a legislação e as políticas a nível estatal – princípios de igualdade de género – e a organização do quotidiano das famílias têm inerente uma determinada ideologia de género, a qual influencia as medidas de conciliação entre trabalho e família; as estratégias de conciliação trabalho-família dos casais entrevistados desenham-se no confronto entre ideologias de género, sentido das necessidades e sentido dos direitos<sup>5</sup> ao uso dos benefícios disponibilizado a nível estatal e profissional, sendo que os casais menos escolarizados apresentam estratégias de conciliação trabalho e vida familiar assentes numa cultura mais essencialista<sup>6</sup> (Crompton, 2006:2), no que respeita à obtenção de apoios remunerados, fazendo sobretudo uso dos apoios informais da rede de parentesco. E, por outro lado, os casais mais escolarizados apresentam estratégias de conciliação do trabalho com a vida familiar baseadas numa cultura de género mais igualitária, porque se pode recorrer a apoios profissionais (pagos) domésticos e de protecção de cuidados às crianças. Contudo, consoante as responsabilidades profissionais, são mais ou menos exigentes para os homens e para as mulheres, assim organizam o seu quotidiano, tendo sempre em atenção o contexto organizacional laboral e o contrato psicológico que sentem poder accionar.

---

<sup>4</sup> - Para conhecer o valor desta resposta é necessário confrontá-la com os dados de observação, (...) de alguma forma submetê-la ao teste dos factos. (...). Ela deve pois indicar o tipo de observações a recolher (...) para averiguar em que medida a hipótese é confirmada ou infirmada pelos factos. (...). A hipótese é, frequentemente, apenas uma resposta parcial ao problema posto. Daí a utilidade de conjugar vários conceitos e hipóteses para cobrir os diversos aspectos do problema” (Quivy e Campenhoud, 1992).

<sup>5</sup> - O sentido dos direitos segundo Lewis, (1998:27), é “um termo usada para denotar um conjunto de crenças e sentimentos em relação aos direitos, ou para legitimar as expectativas, com base naquilo que é visto como justo ou equitativo”. Ainda acresce que esta noção é diferente dos direitos legais ou outros efectivamente existentes. O sentido das necessidades remete para as representações acerca dos apoios que as famílias entendem como necessários para, no caso em análise, conciliarem a actividade profissional com a respectiva vida familiar (Guerreiro, 1999).

<sup>6</sup> - Essa visão é defendida por Crompton (2006:2), no modelo que designa de *male breadwinner*, assente “num modelo essencialista do carácter inato e natural das diferenças entre sexos”.

## Parte I

### 1 - Enquadramento teórico

#### 1.1- Sociedade contemporânea e papéis de género

Actualmente, no mundo contemporâneo, o exercício profissional e a vida familiar são dois domínios da vida pessoal e social que progressivamente ganham cada vez mais importância no contexto das fortes alterações de âmbito social e económico, marcando o aparecimento da denominada sociedade “Pós – Industrial”, segundo Touraine (1969), Bell (1972). Autores mais recentes avançam com a ideia da existência de uma segunda modernidade, propondo os conceitos de “Sociedade de conhecimento”, Lindley (2000); “Modernidade reflexiva” Beck, Giddens, Lash, (2000) e “Sociedade em rede”, Castells (2002). Esta nova era, tem conduzido a alterações significativas nos domínios da família e da profissão (Guerreiro, 2000).

A modernidade constituiu a transição de uma sociedade baseada na agricultura, para uma sociedade centrada na indústria e, posteriormente para uma sociedade, liderada pelo sector terciário em que os serviços adquiriram maior importância.

A revolução industrial e o conseqüente processo de industrialização que começou a ocorrer a partir de finais do século XVIII modificou profundamente a organização tradicional do trabalho. A base de produção económica deixa de ser doméstica, surgindo uma nova forma de organização do trabalho que se projecta para fora do grupo doméstico, isto é, exterior à família. A sociedade industrial possibilitou a introdução de um novo modelo de organização social<sup>7</sup>.

Parsons faz uma distinção entre as orientações dos papéis sociais dos homens no seio do grupo doméstico, atribuindo-se-lhes um carácter *instrumental* – autonomia individual, ligação com a sociedade, independência, competição, rendimento e produtividade nas tarefas, representando-se como provedor de bens materiais à família – ou seja, os homens são os encarregados de ganha-pão para a família, constituindo antes de mais pelo exercício de uma profissão, como o critério mais importante para determinar o estatuto da família na

---

<sup>7</sup> - Max Weber, Economia e Sociedade, in Raymond Aron (1994), As etapas do Pensamento Sociológico, pp.475-543. Para Weber a maior característica da sociedade moderna e capitalismo é a racionalização burocrática.

comunidade. Por outro lado, atribui o carácter *expressivo* – assimilação ao grupo, integração, estabilidade, e coesão – às mulheres (Michel, 1972:80; Torres, 2000).

Burgess analisa a questão da família, propondo a transformação da família enquanto “instituição” em família “companheirismo”. Este apresenta um conjunto de factores que motivaram essa transformação, com destaque para a transição da produção agrícola e artesanal para industrial; a mobilidade geográfica e urbanização.

Nas sociedades modernas existem famílias que já não funcionam como unidades económicas produtivas, transformando-se em agregados cuja estratégia passa por uma organização de trabalho assalariado, na indústria ou no sector terciário – os serviços, dada a decadência do sector agrícola. A configuração da família deixa de ser a família alargada ou extensa onde todos os membros dão o seu contributo na angariação de recursos. Guerreiro, (1992), no seu estudo sobre as famílias de empresários e suas trajectórias sociais, demonstra as relações estabelecidas entre a família e a empresa, no qual a rede de relações familiares está estreitamente associada à manutenção e reprodução do património, a exemplo das formas familiares camponesas.

Até meados do século XX, o mercado de trabalho assalariado era praticamente dominado por homens e por mulheres solteiras. As mulheres casadas permaneciam no lar, ocupando-se dos afazeres domésticos, isto é, estavam confinadas ao espaço da família.

A propósito da questão do género, a primeira tentativa de explicação das diferenças entre homens e mulheres, cuja ideia assentava na atribuição de diferenças de ordem naturalista, ou seja, à natureza foi posta em causa, à medida que começaram a surgir novos conhecimentos e áreas científicas. As ciências sociais, com destaque para a sociologia, foram de maneira incontestável, uma das áreas do saber que teve um papel determinante, nesse processo de contínua desconstrução. Segundo Almeida (1994:154), “o aparecimento do conceito do género nas ciências sociais, apesar da existência de diferentes enquadramentos teóricos na sua operacionalização, teve justamente o mérito de permitir clarificar as diferenças entre o biológico e o social”.

Durkheim foi sem dúvida um dos sociólogos clássicos que deu um contributo enorme na questão do género, ao reconhecer a desigualdade socialmente existente entre os homens e mulheres, apoiando no argumento de que as mulheres viviam num espaço fechado, ainda não tinham saído para o exterior. Para o autor “(...) a igualdade dos sexos não pode tornar-se maior se não quando a mulher se envolver mais na vida exterior; mas então como deverá transformar-se a família? Serão necessárias mudanças profundas, perante as quais não há

talvez modo de recuar, mas que é necessário prever”<sup>8</sup>. Este sociólogo apoia a sua análise da relação entre funções exteriores, isto é, fora do espaço doméstico e a independência dos indivíduos, na medida em que as mulheres só podiam beneficiar da melhor maneira das igualdades perante os homens quando desempenhavam funções idênticas, ou seja quando fossem para o exterior, desempenhar outras tarefas (Torres, 2001:25). Esta ideia é mais tarde, retomada por Parsons para fazer uma distinção entre as orientações dos papéis sociais dos homens e Simmel nos seus estudos, aonde focaliza a sua atenção nas origens do casamento e do casamento por rapto.

Simmel defende que as várias formas de relacionamento entre os homens e mulheres estão ligadas a “circunstâncias históricas específicas” e a sua evolução não se deve a um estado primitivo e originário defendido por Durkheim. Tenta demonstrar a diversidade das situações e das conjunturas históricas, argumentando que não houve necessariamente um princípio pré-histórico comum nas formas de regular as relações conjugais e familiares (in Torres, 2001:15).

As abordagens actuais vêm desmistificar toda a problemática do conceito de género, entendida como um significado atribuído em cada época ao que é ser homem e ser mulher. Alguns estudiosos do feminismo tentam construir a noção de género desvinculado do sexo, referindo-se à identidade biológica do indivíduo. O conceito de género é uma construção social do indivíduo masculino e feminino.

Bourdieu (1999:9), na sua obra *A dominação masculina*, apoia-se na questão da construção social dos corpos para explicar a problemática do sexo e género, afirmando que a realidade social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexuanes. Este projecto social que ele chama de percepção incorporada consagra-se a tudo que envolve a prática social, em primeiro lugar ao próprio corpo, na sua realidade biológica porquanto é o próprio corpo que constrói a diferença entre sexos biológicos em consonância com os princípios de uma visão mítica do mundo assente na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela própria inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade de ordem social. Para este teórico, a diferença biológica entre os sexos, ou melhor entre os corpos masculino e feminino, particularmente, a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, é um possível justificativo natural da diferença socialmente construída entre géneros, e em particular da divisão sexual de trabalho.

---

<sup>8</sup> - Op. Cit. In Anália Torres (2001), Sociologia do Casamento, p. 21.



Joan Scott (1999) faz uma análise do género como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. Apresenta quatro dimensões de análise interligadas entre si: uma simbólica, em que enfatiza as representações múltiplas e contraditórias; a dimensão normativa que se apoia na interpretação do significado dos símbolos, isto é, nos conceitos científicos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, política e jurídicas que trazem um duplo sentido na definição do masculino e feminino; a dimensão organizacional reporta-se às organizações e instituições sociais como mecanismos que aprofundam as assimetrias entre os géneros; a dimensão subjectiva debruça-se sobre a necessidade de examinar a forma como as identidades de género são construídas e relacionadas com as actividades organizacionais, sociais, representações culturais, historicamente situadas.

Esta autora na sua abordagem, apresenta um conjunto de linhas fundamentais, tendo um primeiro argumento teórico de que as relações de género têm dinâmica própria, articulando-se por outro lado, com outras formas de dominação e de desigualdades, tais como: a raça, etnia e classe. Uma outra abordagem deste conceito permite entender as relações sociais entre os homens e as mulheres, o que implica alteração e permanência, desconstrução, reconstrução de elementos simbólicos, as imagens, as práticas, os comportamentos, normas, valores e representações. Argumenta que a categoria do género reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afectivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais; a condição de género legitimada socialmente constitui-se em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, nas suas relações concretas com o mundo. Os homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas das suas vidas. Por último, afirma que as relações do poder são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Nessa linha de análise, estão presentes os conflitos, as tensões, as negociações e as alianças, quer através da manutenção dos poderes, quer na luta das mulheres na conquista e no alargamento do poder.

Esta perspectiva teórica, defendida por esta autora sobre o conceito de género, também é defendida por Connel (2002:10), que define o género como uma estrutura de relações sociais centrada na esfera reprodutiva e num conjunto de práticas que trazem as diferenças inscritas no corpo para os processos sociais. Connel fala da masculinidade hegemónica que se refere a um conjunto de atributos, atribuídos aos homens, como por exemplo a autoridade, o símbolo do poder como masculinidade adequada e por outro lado, propõe o conceito de feminidade enfatizada, como um modelo global que apresenta como características a subjugação, no sentido de agradar os homens. Este autor afirma que nas relações de género

existem ordens de género e apresenta vários regimes de género inter relacionados: relação do poder, que acentua na subordinação geral das mulheres e a dominação dos homens, isto é, o poder patriarcal; a relação de produção, principalmente no mundo do trabalho onde apresenta assimetrias no que concerne à dimensão do género; as relações simbólicas; e a relação emocional ou afectiva que diz respeito principalmente a desejo sexual e diferentes práticas que o actualizam. Segundo Amâncio (2003:700), Connel propõe uma teoria que estende a análise do conceito de género a todas as instâncias da organização social, já que tanto a família como a divisão do trabalho e o Estado são atravessados pela lógica da masculinidade hegemónica, assente na norma de heterossexualidade. Para Amâncio (2004:10):

A masculinidade não constitui um atributo dos seres humanos, tal como a feminidade não é um traço das mulheres. Masculinidade e feminidade constituem formas de pensar, dizer e fazer, socialmente construídos em diversos planos da vida em sociedade, incluindo os das relações entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres.

A questão do poder torna-se central na análise sociológica do que alguns autores designam por regime de género. A ordem social é entendida como uma dimensão global e o regime significa que dentro de cada instituição existem regimes e tipos diferentes e ao mesmo tempo estão em constantes mudanças. Nesta contenda do género, ainda Grassi e Évora (2007:14) afirmam que as variáveis sociais, culturais, conjunturais:

Criam e legitimam ideias de comportamento especificamente feminino e masculino que estão relacionadas com o estatuto social de cada um dos agentes, estando na base de relações estruturais de desigualdade entre homens e mulheres que se manifestam tanto no mercado de trabalho como nas estruturas políticas ou no interior da família.

Esse modelo era sustentado num “contrato social” que pressupunha a existência não só de assimetrias, no que diz respeito aos papéis masculinos e femininos, como de desigualdades de estatuto social entre homens e mulheres (Guerreiro, 2000:6). A reprodução das desigualdades de género é entendida como um processo socialmente construído, em que homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as suas necessidades da vida, estão inter relacionados com a problemática da família e trabalho.

## **1.2 - Mulheres e ocupações profissionais**

A partir dos meados do século XX, as mulheres afirmam-se progressivamente no mundo do trabalho profissional, concorrendo, quase de forma igualitária com os homens em muitas ocupações e constituindo assim uma categoria social activa no mercado de trabalho.

Recorrendo a algumas contribuições teóricas dos autores mais contemporâneos sobre as questões das mudanças sociais, principalmente, a vida familiar e o trabalho, verificadas ao longo das últimas décadas, destaca-se, Bourdieu (1999:77) no seu estudo sobre as transformações de alguns agentes como por exemplo a escola, e instituições que reproduzem a dominação masculina, tais como a família, o estado e a igreja. Ele afirma que nestas instituições, apesar de dos seus novos modelos, ainda permanece a dominação masculina, isto porque apenas ocorreram algumas mudanças relativas de posições. Mas, por outro lado, reconhece mudanças importantes que se têm verificado, em primeiro lugar, devido ao facto de a dominação masculina não constituir, actualmente, uma evidência incontestável, devendo muito, na perspectiva do autor, ao trabalho crítico do movimento feminista. Bourdieu aponta uma outra mudança, ainda mais relevante, que está ligada à função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os géneros, tal como o alargamento do acesso das mulheres à instrução; o acesso à autonomia e independência económica; e as transformações das estruturas familiares.

(...) uma das transformações mais importantes na condição das mulheres e um dos factores mais decisivos da transformação dessa condição feminina é sem dúvida o maior acesso das raparigas ao ensino secundário e superior que, em relação com as transformações das estruturas reprodutivas (...), acarretou uma modificação muito importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: Observa-se assim um forte aumento da representação das mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas formas de venda de serviços simbólicas – Jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração – e, também uma intensificação da sua participação nas profissões próximas da definição tradicional das actividades femininas (ensino, assistência social, actividade paramédicas) (Bourdieu, 1999:78).

Giddens (2005) tem desenvolvido uma reflexão analítica em torno do conceito de modernidade, que contrapõe às sociedades ditas tradicionais. Para este autor, o conceito de modernidade refere-se a modos de vida e de organização social que emergiram na Europa no século XVIII e que adquiriram, subsequentemente, uma influência mais ou menos universal.

Este autor propõe o termo “descontinuista” do desenvolvimento social moderno, especificando que as instituições sociais modernas são distintas das sociedades tradicionais quanto à forma. As transformações na modernidade foram mais profundas em comparação com épocas anteriores. Transformações, que no plano da sua extensividade possibilitaram estabelecer interligações sociais à escala global e em termos da sua profundidade e intensividade, possibilitaram mudanças de algumas características mais íntimas da vida quotidiana dos indivíduos tais como a família, sexualidade e relações amorosas.

Por outro lado, Castells (2002:1) na sua abordagem sobre a mudança social e económica propõe o conceito de *Sociedade em Rede* ao falar das mudanças históricas e mudanças tecnológicas e também as transformações dos sistemas produtivos e do trabalho. Afirma que, até ao final do segundo milénio da era cristã vários acontecimentos mudaram o cenário social da vida humana. Uma dessas transformações verificaram-se no considerável fortalecimento do capital em relação de trabalho, tendo verificado a queda da influência do movimento sindical; crescente individualização e diversificação das relações de trabalho, incorporação maciça de mulheres na força de trabalho pago ou remunerado. Ainda acrescenta:

Apesar de todas as transformações da condição feminina, o patriarcalismo foi atacado e abalado em muitas sociedades. Assim, as relações de género tornaram-se, na maior parte do mundo, num domínio de disputas em vez de uma esfera de reprodução cultural. Há uma importante redefinição das relações entre mulheres, homens e crianças e, conseqüentemente, da família, da sexualidade e da personalidade (Castells, 2002:3).

A ideia de variabilidade do género muda de sociedade para sociedade. Varia no tempo e no espaço, à medida que o próprio sujeito cresce, ou seja, com o ciclo de vida, chegando a uma fase em que homens e mulheres são cada vez mais parecidos e, por último, muda com a classe social (Kimmel, 2000). A questão de género remete-se para diferença nas desigualdades. Dito de outra maneira, não são as diferenças biológicas que produzem as desigualdades, mas sim, estas que produzem as diferenças de género como significados atribuídos. O género não é uma propriedade dos indivíduos, constitui um produto dos processos históricos colectivos.

A reprodução das desigualdades de género é construída não só pelo processo de socialização como também através das instituições que com o seu carácter normativo e de controlo social impõem a ordem. Em suma, as desigualdades de género não são unicamente um problema dos indivíduos, do processo de socialização e reprodução, ultrapassando os indivíduos.

É evidente que actualmente as mulheres, quando lhes são dadas oportunidades, demonstram na prática que as visões naturalistas são inadequadas, o que é visível em todos os domínios da vida social, no desempenho de um vasto conjunto de papéis e funções, que dantes só podiam ser atribuídos aos homens. É o caso de sociedades que durante muito tempo estiveram presas a noções ultrapassadas do que seja ser homem e mulher. E o processo de industrialização acabou por instituir a extensão do trabalho feminino assalariado. “Beneficiando o trabalho de um novo reconhecimento, as mulheres têm acesso, em princípio, a todos os sectores de emprego e partem cada vez mais à conquista de bastiões masculinos” (Lipovetsky, 1997:200).

Beck (2000:202) na sua abordagem afirma que a modernidade avançada deu por assente o fim da separação entre a natureza e a sociedade, chamada de natureza fabricada; faz a crítica da ciência e da tecnologia e sublinha o conflito entre a família e a profissão. Na sua obra sobre a *Sociedade de Risco*, Beck apresenta um conjunto de teses que caracterizam a modernidade: os processos de “destraditionalização” e de individualização; uma biografia individual como projecto reflexivo; desigualdades sem classes; desemprego massivo; relações familiares negociadas, mudanças nos estatutos do género.

O trabalho remunerado das mulheres aumentou consideravelmente, no mundo actual, assim como surgiram novos comportamentos derivados da actividade feminina, em que cada vez mais é visível uma percentagem muito significativa de mulheres que não abandonam o emprego, com o casamento e o nascimento de um primeiro ou segundo filho. Esta passagem vem revelar que se passou a viver uma nova fase na história moderna, permitindo alterações não só no mundo do emprego como também nas relações das camadas mais jovens no domínio académico, nas relações de género e de poder no seio da vida conjugal.

A partir das ideias apresentadas por esses autores contemporâneos, evidenciam-se mudanças a nível social, económico, tecnológico e familiar, com grande impacto na vida dos indivíduos, destacando-se a acentuada presença das mulheres no mercado de trabalho.

## **Parte II**

### **2 - Cabo Verde: O contexto histórico, sócio-demográfico, económico e político**

O arquipélago de Cabo Verde<sup>9</sup> foi descoberto por navegadores portugueses em Maio de 1460, sem indícios de presença humana anterior. O seu povoamento começou a partir de 1462. A primeira ilha povoada foi Santiago, por ser a ilha mais favorável. A língua materna é o crioulo, e a língua oficial, o português. A sociedade cabo-verdiana surgiu do fruto do cruzamento entre europeus livres e escravos da costa africana. E desse encontro surge um só povo, maioritariamente mestiço. A formação de uma sociedade de base escravocrata, durante quase cinco séculos, marcou a sua construção social, cultural, económica e religiosa, constituída por uma população maioritariamente católica. A sua posição geográfica, as condições climáticas e naturais contribuíram para difíceis condições de vida, assinalada por frequentes secas e fomes nos séculos passados.

Actualmente é um país pertencente ao grupo de países de rendimento médio, ocupando a 102<sup>a</sup> posição desse grupo, segundo o relatório de Índice do Desenvolvimento Humano 2007/2008, a nível mundial (PNUD, 2008). A sua taxa anual de crescimento demográfico e de mortalidade é baixa, comparativamente às taxas médias de outros países com rendimento médio. A esperança média de vida é considerada elevada tanto para os homens como para as mulheres.

A população residente, segundo o censo de 2000 é de 431.989 e segundo os dados mais actuais, tendo em conta as projecções de 2008, está estimada em 499.796 habitantes<sup>10</sup>, com 241.914 homens e 257.882 mulheres. Trata-se de uma população muito jovem cuja média de idade é de 25 anos. A falta de recursos naturais e a escassez de chuvas no

---

<sup>9</sup> - Cabo Verde com a superfície de 4033 Km<sup>2</sup>, situa-se no oceano atlântico, a 455 km da Costa Ocidental Africana, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste. O arquipélago de Cabo Verde é formado por dez ilhas e oito ilhéus, que formam dois grupos distintos: Barlavento e Sotavento, consoante a posição face ao vento alísio do Nordeste. Pertencem ao grupo de Barlavento as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco; e ao de Sotavento, as ilhas do Maio, São Tiago, Fogo, Brava e os ilhéus Secos ou Rombo. A maior parte das ilhas é de origem vulcânica, de relevo montanhoso, situando-se na extremidade ocidental da faixa do Sahel e o clima é quente e seco, com muito pouca chuva. A época das chuvas é muito curta e decorre de Agosto a Outubro, dependendo da frente inter-tropical, quente e húmida, que à sua passagem dá origem a fortes chuvadas de curta duração, que por vezes causam inundações, variando a precipitação anual entre 250 e 500 mm. A temperatura média anual no arquipélago varia entre 22°C e 26°C. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si, a Europa, a África e o Brasil, as ilhas, com destaque para a ilha de Santiago, serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, no tráfego de escravos.

<sup>10</sup> - Dados provisórios do INE, Censo 2008.

arquipélago determinam a partida de muitos cabo-verdianos para o estrangeiro. A população cabo-verdiana emigrada é maior do que a que vive em Cabo Verde. Segundo alguns dados estimativos, tem entre 500.000 a 700.000 emigrantes a viver na diáspora, incluindo os seus descendentes. E a maioria destes migrantes encontram-se nos EUA e nos países da União Europeia, com destaque para Portugal, Holanda, França, Luxemburgo, Espanha e Itália. A título de exemplo, Grassi (2006), no seu estudo sobre Género e Migrações Cabo-verdianas, tendo em conta os dados do Recenseamento americano de 2000, estima que, nesse ano a população cabo-verdiana a residir legalmente neste país perfazia cerca de 26.605 indivíduos. Em Portugal, segundo informações estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) nacional, em 2003, o número de imigrantes cabo-verdianos a residir legalmente no país rondava os 53.454 cidadãos. Por último, os dados de 2003, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística italiano, apontavam cerca de 3.580 cidadãos, oriundos de Cabo Verde a residir em Itália.

Em termos económicos, a partir dos finais dos anos 80, Cabo Verde passou de um modelo de desenvolvimento económico socialista para um modelo capitalista. A sua economia é fortemente dependente das importações provenientes da Europa ocidental, das remessas dos emigrantes e do turismo. Os recursos económicos endógenos de Cabo Verde dependem sobretudo da agricultura, apesar do efeito das secas. A maior parte da população dedica-se ao sector agrícola, na produção de: café, banana, cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca. A pesca ainda é um pouco deficiente. No sector secundário, a indústria ocupa uma percentagem muito baixa, não ultrapassando mais do que 4% da população activa, e concentra-se nos dois grandes centros urbanos, na cidade da Praia e no Mindelo. Actualmente, algumas indústrias estão em pleno desenvolvimento, podendo destacar-se: o fabrico de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal, e o artesanato.

A expressiva remessa financeira dos seus emigrantes na diáspora constitui uma grande fatia do PIB nacional de desenvolvimento da sua economia. Segundo os dados do Banco de Cabo Verde, em 2002, as remessas de emigrantes representavam cerca de 30% da massa monetária nacional, e em 2005 representava cerca de 13,1% do PIB, e em 2008, com a onda da crise económica e financeira mundial sofreu uma significativa queda na ordem de 4%, passando para 8,5%<sup>11</sup>. No referente ao sector do turismo sobre as receitas em PIB, segundo os

---

<sup>11</sup> - Banco de Cabo Verde, Relatório Anual de 2008 e dados estatísticos do sector económico, referente aos anos, 2002, 2005 e 2008.

dados do relatório anual de 2008, do Banco de Cabo Verde, este sector representava 16,8%, em 2006 e em 2008 aumentou para 19,4%.

A república da Cabo Verde tornou-se independente em 1975, o que conferiu autonomia para o processo de reestruturação e construção de uma nação livre e independente de ordem social, económica e política. A partir desta data, o arquipélago passou por dois períodos diferentes: o primeira, designado da primeira república até 1990, onde vigorou o regime de partido único e o segundo período, caracterizado de segunda república, com início em 1990 até a actualidade, procedendo-se à abertura política e reestruturação económica, passando para regime político pluripartidário, graças a um conjunto de reformas não só de ordem política como económica, a nível do país, e da conjuntura internacional que se vivia, com a queda do Muro de Berlim. Essa nova fase permitiu a edificação, construção de um estado democrático, com a efectiva separação dos poderes do Estado, nomeadamente, executivo, legislativo e judicial.



## **2.1 - Panorama demográfico e familiar da sociedade Cabo-verdiana 1980 a 2008**

Evidencia-se antes de mais uma conclusão quase manifesta, apoiada na seguinte asserção: os anos decorridos durante a década de 90 foram palco de mudanças significativas e sublinhadas com tendências do processo de modernização da vida familiar, a um ritmo de transformações aceleradas.

Desde os anos 80, a família em Cabo Verde vem sofrendo transformações profundas, a um ritmo rápido, visível a nível demográfico. A sociedade cabo-verdiana sofreu nas últimas décadas transformações em vários domínios da vida familiar. O casamento diminuiu consideravelmente, o que pode ser explicado pelo facto de casamento religioso deixar de ter o mesmo peso na vida das pessoas; a proporção de divórcios aumentou; a actividade profissional feminina aumentou significativamente; cada vez mais um maior número de casais tem menos filhos, em resultado da diminuição continuada da fecundidade; e do facto de um elevado número de mulheres atingiram graus de ensino médio e superior. Tudo isto contribuiu para o aparecimento de novas formas de relação familiar, mais igualitárias. Essas alterações indicaram a emergência de uma multiplicidade de formas de viver as relações familiares. E a partir dos anos 90, Cabo Verde começa a entrar decisivamente na modernidade demográfica, com transformações visíveis num movimento de privatização e individualização crescente nas relações matrimoniais e familiares.

O quadro 1 (em anexo) é ilustrativo do panorama demográfico e familiar de 1980 a 2008. Tendo por base os dados da evolução do estado matrimonial da população residente de 15 ou mais anos de 1980 a 2000 por sexo, a nível do país, verificam-se alterações em relação ao casamento e união de facto em ambos os sexos. A proporção da população dos casados tende a diminuir em relação à proporção de indivíduos a viverem em união de facto que aumentou expressivamente. Entretanto a percentagem dos solteiros sofreu alteração, sendo a percentagem de indivíduos solteiros de 53% em 1980 e 52% nos anos 90, passando para 58% no ano de 2000. A percentagem de solteiras, não sofreu grandes alterações, 51% e 49% na primeira década e no ano 2000 estabilizou-se na ordem dos 51%. Relativamente ao casamento, a taxa de nupcialidade reduziu consideravelmente, porquanto em 1990 correspondia a 2,4% passando para 1,9% em 2000, uma redução na ordem de 0,5%. Por sua vez, a idade média da mulher na primeira união diminuiu entre 1980 a 2000 cerca de 0,6% e em relação ao homem entre as duas décadas a idade relativamente ao primeiro casamento o aumento foi de 1%. Os dados mais recentes sobre a nupcialidade<sup>12</sup>, comparativamente ao

---

<sup>12</sup> - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR- II), 2005.

estado civil, 42% das mulheres dos 15-49 anos encontram-se em união, sendo 12% casadas e 30% em união de facto e as solteiras representam 46%. No que respeita aos homens de 15-49 anos, mais de metade (56%) é solteira, 10% casado e 27% vive em união de facto, que constitui a configuração mais comum de vida matrimonial, em detrimento do casamento. Aos 22,6 anos, a metade das mulheres dos 25-49 anos encontra-se em primeira união, enquanto para os homens, a idade média é maior (25,7 anos).

Essas mutações podem ser explicadas pela oposição entre o tradicional e moderno, destacado em muitos aspectos da realidade, designadamente a cultural. O casamento, ainda na sociedade cabo-verdiana continua a constituir motivo de muito júbilo, confirmada por festas e presentes. Mas por outro lado, são notáveis as transformações em certos rituais do casamento, que podem ser explicados pelo novo estilo de vida, cada vez mais urbano e influenciado pela cultura do mundo Ocidental. Outros factores de mudança verificados são o fenómeno da diversificação das religiões, assim como a crescente laicização do estado que ao desprender-se de qualquer orientação religiosa, faz com que ao casamento canónico seja retirada eficácia legal, conferida exclusivamente ao casamento civil, em contrapartida, um contrato dissolúvel. Também o aumento de divórcios, com o progresso alcançado pela educação, nomeadamente a sexual, e libertação dos costumes que influenciavam fortemente as atitudes perante o casamento, especialmente nos tabus e mistérios que circundavam este acto. Certas práticas foram postas em causa e alteradas, como o caso dos namoros secretos e a rigorosa prova de virgindade. Actualmente é um facto, o início da vida sexual antes do casamento. Finalmente, um outro factor importante de mudança é o novo contexto jurídico e legal, com a reforma inserida no código civil, que constitui essencial instrumento na regulação das relações jurídicas familiares.

No concernente aos padrões familiares, assiste-se a um queda acentuada das taxas de natalidade e de fecundidade, aumento de esperança de vida e diminuição do número de filhos por agregado familiar<sup>13</sup>. Segundo os dados do INE, a taxa bruta de natalidade, em 1980 correspondia a uma percentagem de cerca de 35%, passando para 29% em 2000 e decorridos oito anos reduziu-se para 24,4%; o índice sintético de fecundidade (filhos/mulheres) que era de 7,0 nos anos 80, passou para os 4,0 em 2000 e em 2008 reduziu-se para 2,8 filhos por mulher. A diminuição da fecundidade deve-se ao aumento da taxa de escolaridade, principalmente nas raparigas, aumento do uso de métodos modernos contraceptivos e do fenómeno da urbanização. Os dados indicam que grupos sociais mais pobres e menos

---

<sup>13</sup> - INE, Censo 2000 e actualização 2008.

instruídos apresentam taxas de fecundidade mais elevadas e, por outro lado, o contrário ocorre entre os segmentos sociais mais escolarizados, o que lhes permite uma presença mais acentuada no mercado de trabalho, a possibilidade de usufruir de actividade profissional mais aliciante, gratificante e bem paga, e de compensar os gastos com as infraestruturas domésticas.

Relativamente ao divórcio e separação, é visível uma tendência para o aumento, passando de 0,9‰ para 1,7‰, tendo evoluído de 2,2‰ para 4,0‰ nas mulheres e 0,9 para 1,1‰ nos indivíduos do sexo masculino durante duas décadas. Um outro aspecto é a esperança de vida da população cabo-verdiana que tende a aumentar e actualmente se situa nos 72,5 anos de vida, sendo 68,5 anos para os homens e 76,3 anos para as mulheres.

No que diz respeito à vida doméstica das famílias, a dimensão média, que em 1990 era de 5,1 elementos por família diminuiu para 4,6 na década subsequente. Segundo o Censo 2000, 21.275 agregados familiares viviam em alojamentos com duas divisões e, destes, cerca de 47% são com 3 a 5 membros e 74% com 1 a 5 membros. Ainda, neste mesmo período, residiam em Cabo Verde 18.401 agregados familiares em alojamentos com quatro divisões, dos quais 45% tinham 3 a 5 membros. Os dados permitem concluir que a percentagem dos agregados com mais de cinco pessoas, e o número médio de pessoas por alojamento também sofreu alteração, assim como o número médio de divisão por pessoa também aumentou. Os dados do quadro 1 demonstram ainda que a população a viver em agregados unipessoais diminuiu em ambos os sexos. Segundo os dados do Questionário dos Indicadores Básicos do Bem-estar (QUIBB: 2006), INE, há um aumento considerável dos conjugais nucleares na ordem dos 12% entre 2000 a 2007. Por outro lado, as famílias monoparentais em sete anos passaram de 16,7 % para 36,9%, respectivamente. Num formulário hipotético, são vários os factores explicativos deste aumento, podendo ser explicado pela relação homens/mulheres, onde se verifica o predomínio do número de mulheres em comparação com os homens, por exemplo em 2000 do total da população a relação era de 94 homens para cada 100 mulheres. Deve-se, em parte, à emigração dos homens para o estrangeiro; à irresponsabilidade da paternidade afectiva e extraconjugual por parte do progenitor; e também, ao elevado grau de machismo subjacente, que ainda constitui fenómeno cultural fortemente enraizado na sociedade cabo-verdiana.

Por último, no que respeita à escolaridade e mercado de trabalho (quadro 1), da população residente com mais de 15 anos, verificou-se uma redução expressiva da taxa de analfabetismo, na ordem dos 12%, entre os anos de 1990 a 2000, mais visível nas mulheres na faixa etária dos 15-34 anos. A taxa de alfabetização aumentou ente 2000 a 2007, cerca de 5%,

ou seja, 74,8% para 79,6% respectivamente. Os indivíduos residentes com ensino secundário aumentaram cerca de 3%, assim como os com o curso médio/superior. É indicativo que os dois sexos não apresentam diferenças expressivas, estando separados por apenas 1%. Ainda segundo os dados do Censo 2000 e do Ministério da Educação a taxa feminina de escolarização e a percentagem de mulheres e frequentar estabelecimentos de ensino é superior à masculina, de 49,3% de homens contra 50,7% mulheres. Cruzando a informação relativa à população com 15 e mais anos activa empregada, com nível de instrução (quadro 2) verifica-se existirem mais indivíduos activos empregados do sexo masculino com apenas o ensino primário, correspondente à 6ª classe (o Ensino Básico)<sup>14</sup> e secundário, em relação às mulheres. Enquanto a população empregada feminina, portadora do ensino médio é dominante e por sua vez entre os dois sexos e no que concerne ao curso superior, a diferença é de somente 1%, entre os anos de 2006 e 2008<sup>15</sup>.

No panorama da taxa de actividade, há um aumento significativo, no período 1990 a 2000, na ordem de 4%, com um claro domínio dos homens nos anos 2000, sendo 74,4% para os homens e 64,1%, para as mulheres uma diferença na ordem dos 10%.

A análise desses dados e também alguns estudos sobre a família em Cabo Verde, vêm confirmar o conjunto de mudanças que a sociedade cabo-verdiana vem atravessando desde os anos 80 e que começou com a vaga de emigração nos anos 70 para Portugal e outras paragens pelo mundo fora. A partir deste período, as tendências diversificaram-se, começando a verificar-se melhoria nas condições de vida; a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho; e a alteração de valores com o pós colonialismo.

Um outro movimento é o individualismo que para as classes mais favorecidas significa aspirações e norma social de vida privada. São demonstrativos a nível das ideias e das práticas, maior investimento nos projectos profissionais das mulheres, mais autonomia na gestão da economia, a abertura ao exterior de todos os membros da família. A vida privada remete-se para quadros de maior individualização da conjugalidade, com expressivo aumento de uniões de facto, e da população solteira.

---

<sup>14</sup> - O Ensino Básico – é universal, obrigatório e gratuito e tem uma duração de 6 anos, dividida em 3 fases de 2 anos cada. Destina-se a crianças com idade de 6 a 11 anos, embora o estado garanta a obrigatoriedade de frequência a todas as crianças na idade compreendida entre 6 e os 15 anos e pode ser cumprido tanto em escolas públicas ou em escolas privadas. (In Anuário da Educação 2004/05 do Gabinete de Estudo e Planeamento – Ministério da Educação).

<sup>15</sup> - Censo 2000 e Inquérito ao Emprego 2006 a 2008 – IEF/INE.

## **2.2 - Presença das mulheres em ocupações profissionais em Cabo Verde**

Com apoio nas ideias de Rapoport, (1971), Gilbert, (1993) Guerreiro, (1998), e apesar das suas especificidades, a análise da sociedade cabo-verdiana verifica a existência de uma flexibilização crescente dos modos e locais de trabalho; uma crescente precarização do emprego e um peso cada vez mais significativo do sector terciário, ou seja os serviços e a integração massiva das mulheres no mercado de trabalho, bem como o predomínio de núcleos familiares de dupla profissão (In Guerreiro e Pereira: 2006:7).

As transformações mais visíveis em Cabo Verde começaram com a independência do país em 1975, com a queda do regime colonial português. A partir desse período, inicia-se um processo de criação de base legal nacional, relativamente à família e ao trabalho profissional. Em 1980, aprova-se a primeira Constituição da República, substituindo-se o modelo de tipo parsoniano e assumindo-se uma nova forma de organização e relação familiar mais igualitária.

Relativamente ao trabalho, os dados do Censo 2000, apontam para 183.245 da população activa, em comparação com os dados do Censo 1990 que era de 122.064. Do total desses activos 149.680 estavam ocupados e 33.574 estavam desempregados. Em 1990 a taxa de desemprego rondava os 25% e em 2000 reduziu-se para 17%. Mas em 2005<sup>16</sup> voltou a subir para 24%. E em apenas um ano, já em 2006, voltou a diminuir para 18,3%, afectando particularmente as mulheres. Segundo os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), 2010, utilizando a nova abordagem metodológica no cálculo de emprego, a taxa de desemprego a nível nacional, situa-se nos 13,1%, sendo 15,5% no centro urbano e 9,2% no mundo rural.

As informações do Recenseamento Geral da População e Habitação, relativas à mulher cabo-verdiana, no Censo 2000, revelam que no total da população com 15 ou mais anos, a taxa de actividade no país era de 69,3%, sendo 41,1% representada pelas mulheres, e 50,3% dos activos pelos homens. Os dados demonstram que a taxa líquida de actividade nos homens sempre foi superior em comparação à taxa de actividade nas mulheres, em qualquer grupo etário ou meio residência, urbano ou rural. O maior número de mulheres activas encontra-se na faixa etária dos 24-44 anos, com cerca de 85,5% do total de activos. O quadro 3, em anexo, é relativo à população empregada com 15 ou mais anos, segundo o sexo e situação na profissão. Os dados de 2000 permitem analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho, a nível nacional. Da análise é de se referir que as categorias trabalhador familiar sem

---

<sup>16</sup> - Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo – Diagnóstico sobre o mercado de emprego, em Cabo Verde.

remuneração (15,8%) e as de administração pública (20,6%) são ocupadas pelo emprego feminino em relação ao emprego masculino que soma 6,9% e 18,4% respectivamente. Por outro lado, as categorias de patrão/empregador (3,4%) e de trabalhadores do sector empresarial privado (22,4%) e empresarial do estado (5,5%), são expressivamente representadas pelo emprego masculino, enquanto o emprego feminino nessas categorias correspondiam a 1,7%, 11,8% e 3% respectivamente.

É perceptível que apesar de um elevado peso do trabalho feminino na sociedade, existem ainda desigualdades de estatuto social no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Cabo Verde não foge a esta tendência, na medida em que prevalece a tradição sobre a orientação profissional de cada um dos sexos para determinados ramos de actividade, onde se verifica a existência de segmentos de mercado de trabalho, existindo formas específicas de trabalho que são exclusivamente ocupadas por homens ou mulheres, designadamente nas áreas de construção civil, trabalho doméstico, entre outras.

Tendo em conta os grupos profissionais, é visível que a maioria das mulheres exercem actividades profissionais que não requerem muita qualificação, designadamente as de profissionais da agricultura e pecuária e no sector terciário. No que concerne a profissões com alguma qualificação, nomeadamente nas áreas da educação (64,2%) e saúde (62,1%), as mulheres detêm uma forte representatividade. Por outro lado, segundo o quadro 4, relativo à distribuição da população empregada, por sexo, os dados dos anos 2005 e 2006, revelam que a presença das mulheres é mais expressiva entre os indivíduos dos serviços e vendas, serviços administrativos e trabalhadores, as restantes profissões mais qualificadas são representadas por indivíduos do sexo masculino que, ocupam a larga maioria do pessoal qualificado. As profissões, aonde se manifesta menor representatividade de mulheres, são as forças armadas (0%) e operadores, 12%, em 2005 e sendo que, no espaço de apenas um ano, diminuiu para 2%.

Os dados do censo populacional de 2000 (quadro 5), demonstram que pouco mais de um quarto das mulheres ocupam cargos de chefia, designadamente como membros do executivo e dos cargos legislativos e quadros da administração pública. A mulher, por exemplo neste período, ocupou somente 25,7% desses cargos e quadros e, em cada 100 directores de empresas, apenas 29 eram mulheres. Como directoras e gerentes de pequenas empresas totalizam 28,2%. Conclui-se, da análise do Censo de 2000, que a maior representatividade das mulheres se verifica nos sectores tradicionalmente reconhecidos, designadamente os da família, como empregadas domésticas, 96,5%; educação e comércio 64,2%; saúde e acção social 62,1%; indústrias extractivas 52,5%; alojamento e restauração

60,7%; actividades financeiras 56,4%; e agricultura, produção pecuária, caça e silvicultura 53,4%. Contrariamente, os ramos de actividades representativas de mão-de-obra masculina são as secções de pesca 96,9%; construção 92,6%; transportes, armazenagem e comunicação 86,9%.

O sector informal ocupa um lugar dominante no mercado de emprego em Cabo Verde. Assim, do total de 149.680 ocupados em 2006, cerca de 105.295, ou seja 70% do universo dos empregados, trabalhavam sem contrato, e assim sem qualquer vínculo formal. Pelo menos 95% das empregadas domésticas não têm qualquer vínculo formal. É no sector financeiro que existe menor precariedade laboral, onde apenas 7% dos empregados não têm vínculo formal<sup>17</sup>.

Em Cabo Verde, em comparação com as mulheres, os homens têm maior participação na força de trabalho nos sectores primário e secundário e são menos afectados pelo desemprego, contrariamente ao sector terciário que é liderada pelas mulheres, apresentando um diferença de quase de 20% de desempregadas neste sector de actividade económica (quadro 6). A redução do desemprego, em 2006, afectou tanto os homens como as mulheres. O essencial do emprego líquido gerado, ocorreu mais de metade no sector agrícola e na indústria extractiva, e quase metade do mesmo é do tipo auto-emprego, particularmente, no sector primário. A criação de emprego ocorreu sobretudo ao nível dos trabalhadores não qualificados. Assim, cerca de 82% da criação líquida de emprego ocorreu nas profissões com menor qualificação, também elas associadas a trabalhos agrícolas, o que mostra, uma vez mais, a sua precariedade. A população ocupada é maioritariamente masculina e a actividade económica marca de forma evidente a discriminação com base no género.

---

<sup>17</sup> - ISE, IEF/INE, in Ministério da Qualificação e Emprego (2008), Estudo – Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde.

## **Parte III**

### **3 - Conciliação entre vida familiar e vida profissional**

#### **3.1 - O quadro nacional das políticas de conciliação entre a vida familiar e vida profissional**

Actualmente, as novas realidades sociais e as novas formas de organização do trabalho estão cada vez mais estruturadas e organizadas no sentido de promover e desenvolver novos fenómenos sociais que obrigam a uma profunda reflexão sobre as formas e tempos de trabalho e de lazer existentes. Sendo assim, torna-se impreterível garantir o normal equilíbrio e funcionamento da sociedade, assegurando a repartição de responsabilidades e promovendo a conciliação das responsabilidades, tanto familiares como profissionais, dos membros do agregado familiar.

O conceito “conciliar” utilizado neste contexto deve ser compreendido e entendido numa análise inter-relacionada, a duas dimensões: a vida profissional e outras esferas da vida. Numa primeira esfera refira-se que o trabalho não abrange somente o trabalho estritamente profissional, mas também outras áreas não assalariadas dirigidas ao bem da sociedade em geral, com particular atenção às próprias famílias, ou seja, às actividades domésticas, à atenção e cuidados com os indivíduos membros do agregado familiar. Os indivíduos como actores sociais pertencem a diversas esferas da vida social, aonde assumem responsabilidades que vão para além da vertente familiar, tais como acções de índole cívica, formativa, recreativa, espiritual, entre outras. É nesta composição que o conceito de conciliar designa harmonizar a relação entre a actividade profissional e outras actividades, designadamente o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos, o tempo livre, actividades sociais, e.t.c. que são indispensáveis para manter uma vida saudável e equilibrada, tanto fisiológica como material e imaterial (Revista *Mudar a Vida*, 2005).

Kees de Hoog (1998) aponta três agentes do mundo ocidental que têm sofrido mudanças rápidas nas últimas décadas e desenvolvem um papel importante nos domínios da família e do trabalho: o estado; as empresas, com ou sem fim lucrativo; e as famílias.

Globalmente, segundo alguns estudos, existe um conjunto de medidas e princípios básicos da organização social que permitem a conciliação entre o trabalho e a família e que promovem a igualdade de oportunidades entre homem e mulher. Guerreiro (2000:10) no seu estudo apresenta, por um lado, medidas que se referem à forma de utilização do tempo por parte dos trabalhadores, bem como do espaço e demais condições de trabalho. Por outro lado,



destaca o conjunto de infraestruturas de que os trabalhadores e as famílias precisam no dia-a-dia, nomeadamente: os serviços de creches e infantários, entre outras formas de prestação de cuidados a crianças e jovens. São também necessárias redes de transportes públicos com horários que se combinam com os horários praticados nos empregos, infraestruturas viárias que facilitem o acesso rápido e aos locais de trabalho. Por fim, um outro factor importante são os serviços de proximidade, na sua amplitude e diversidade, com horários mais dilatados e desfasados dos horários padrão, isto é, horários mais flexíveis. Para a concretização dessas acções é necessário que o estado e a família actuem como entidades fortes no garante da conciliação entre a vida familiar e profissional.

### **3.1.1 – O papel do estado**

O estado, como primeira entidade e, na qualidade de uma instituição reguladora, deve reconhecer a importância de aspectos diversificados da vida dos indivíduos como cidadãos e traçar políticas e orientações, que influenciem as populações no sentido da igualdade de género e contribuam para assegurar o normal equilíbrio das famílias e o bom funcionamento das organizações de trabalho. Neste sentido e conjuntamente com outros agentes sociais locais deve traçar medidas ajustadas e coordenadas na conciliação entre a família e o trabalho.

Cabo Verde até 1975 era conferido pela Lei Orgânica do Ultramar regido pela Constituição da República Portuguesa pelo Código Civil de 1966 extensivo às províncias ultramarinas, no qual o enquadramento jurídico das relações familiares e trabalho ajustava-se ao regime colonial português. As normas caracterizavam-se pela supremacia do homem, como chefe e ganha-pão da família. Mas a partir deste período, emergiu um novo quadro legal, com a criação da Lei de Organização Política (LOP) e a aprovação da Constituição de 1980 e 1992 que instituiu o princípio da igualdade de direitos e deveres entre homem e a mulher e a dignidade social perante a lei sem distinção, em todos os domínios da vida em sociedade, redefinindo-se igualmente o direito ao trabalho e a escolher a profissão, assim como o conceito de família. A família foi reconhecida como um elemento fundamental, bem como a os valores sociais eminentes da paternidade e maternidade, célula base de toda a sociedade, assim como a relação entre os cônjuges. O Artigo 87º da actual Constituição da República, revisão de 2010, versando a protecção da sociedade e do estado define que “...a família deverá ser protegida pela sociedade e pelo Estado, de modo a permitir a criação das condições para o cumprimento da sua função social e para a realização pessoal dos seus membros” e que “o Estado e as instituições sociais devem criar condições que assegurem a unidade e estabilidade da família.”

Em 1981 foi instituído o Código de Família, aprovado pelo Decreto-lei nº58/81, que revogou as normas coloniais sobre a figura do chefe de família, ajustando-se à nova realidade do país e substituiu o Código Civil de 1966, que, ainda actualmente se mantém vigente na parte restante. Decorridos dezasseis anos, procedeu-se à reintegração do Código da Família no Código Civil através do decreto-lei nº31-A/99. A instituição do Código de Família significou o reconhecimento da igualdade de responsabilidade, de direitos e de deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens a ambos os indivíduos membros do casal. Consagra a união de facto, a igualdade legal dos filhos nascidos dentro e fora do casamento, e estabelece que o poder paternal é exercido conjuntamente pelos progenitores. Ainda o

presente Código, no seu artigo 162º estabelece que “O governo doméstico caberá a ambos os cônjuges” e “porém, podem os cônjuges acordar a atribuição do governo doméstico a um deles, conforme os usos e a condição dos mesmos”.

Ainda, a Constituição da República (revisão de 2010), estabelece nos seus artigos 62º e 63º o seguinte: Artigo 62º, Por igual trabalho, o homem e a mulher recebem igual retribuição; e no artigo 63º alíneas 1, Os trabalhadores têm direito a condições de dignidade, higiene, saúde e segurança no trabalho; Um limite máximo de jornada de trabalho, descanso semanal, e repouso e lazer e na alínea 5, A lei garante à mulher condições de trabalho que facilitem o exercício da sua função maternal e familiar.

Em 1987 foi aprovado o Decreto-Lei nº62/87 relativo ao Regime Geral das Relações de Trabalho, em substituição do Diploma-Legislativo nº1330 de 1957, o que mais tarde foram introduzidas alterações pelo Decreto-Lei 51/89 e pela Lei nº101/IV/93. Mais recentemente, foi aprovado o Código Laboral Cabo-verdiano pelo Decreto-Legislativo nº5/2007 que no seu artigo 12º define que “Todos têm direito ao trabalho de acordo com as suas aptidões, formação e competência profissionais” e numa outra alínea, acrescenta-se que a igualdade no trabalho, compreende:

O direito a não ser preterido, prejudicado ou de outro modo discriminado no acesso ao trabalho, na fixação das condições de trabalho, na remuneração do trabalho, na suspensão ou extinção da relação de trabalho ou em qualquer outra situação jurídica laboral em razão do sexo, cor da pele, origem social, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou outro motivo discriminatório.

Ainda, o Código Laboral alude ao trabalho das mulheres, sobre a protecção da maternidade no artigo nº 270, refere-se à licença de maternidade, concedida à mulher por altura do parto, pelo período de 60 dias. Igual direito, só é reconhecido ao pai, caso a mãe faleça ou padeça de incapacidade física ou psíquica. Consideramos que o legislador não deveria ter condicionado este direito do pai à ausência ou incapacidade da mãe, favorecendo-se assim a progenitura paterna mais responsável.

Tanto a Constituição da República como o novo Código Laboral visam garantir a igualdade entre os homens e mulheres, no que diz respeito às igualdades de oportunidades e de tratamento no trabalho e no emprego, adoptando-se uma visão mais equitativa sobre o género, no entanto a problemática da conciliação entre a vida familiar e vida profissional é uma matéria que continuou alheia ao legislador.

### **3.2 – As estratégias das famílias**

O reconhecimento e a plena valorização da família compreendem o desenvolvimento de condições que possibilitem uma melhor e boa organização da vida familiar e também pressupondo a conciliação harmoniosa das responsabilidades pessoais, familiares e profissionais dos seus membros. É de salientar que a conciliação de responsabilidades constitui um desafio para as famílias e a sociedade, sendo indispensável promover o tempo livre e disponível das famílias para assim assegurar a qualidade de vida dos seus membros e da sociedade em geral.

Cabo Verde não escapa às grandes tendências de alteração da organização tradicional do trabalho e da nova forma de organização da vida familiar, pelo facto de as mulheres terem vindo a ganhar peso crescente no domínio profissional. Assiste-se a uma presença e participação feminina cada vez mais activa no mercado de trabalho, contribuindo assim para a mudança das normas da divisão do trabalho na família. Neste sentido, para melhor compreender as ideologias de género e como elas estão presentes nas orientações e estratégias das famílias, a nível da articulação da vida profissional com a vida familiar na sociedade Cabo-verdiana, realizaram-se 10 entrevistas semi-directivas aos dois membros de cada casal (3 casados e 7 em união de facto) homens e mulheres, num total de 20 indivíduos, com idade compreendida entre os 23 e os 48 anos e com pelo menos um filho, trabalhando ambos na cidade da Praia, e sendo distribuídos por diferentes de classes sociais e profissionais (quadro 7).

Recorrendo-se às normas ideais da divisão do trabalho na família (Wall e Guerreiro, 2005), em Cabo Verde ainda se denota o confronto entre ideologias de género, evidenciado pela prevalência do modelo do ganha-pão masculino. É uma sociedade um pouco tradicionalista e com uma visão essencialista em que a diferenciação dos papéis quase é total, principalmente no meio rural, nas camadas menos instruídas e nas profissões menos qualificadas. Actualmente, o duplo emprego – o perfil escolhido pela população urbana em estudo – em que ambos trabalham fora de casa e contribuem para o sustento da família, é cada vez mais recorrente. Nesta linha de ideias, é possível encontrar três tipos de diferenciação quanto à divisão das tarefas do trabalho na família: assimetria total, intermediária ou parcial e igualitária. Entretanto a diferenciação parcial, isto é, o trabalho a tempo parcial em que o homem trabalha a tempo inteiro e mulher a tempo parcial tem tido pouca expressão, na sociedade cabo-verdiana.

**Quadro nº7 – Caracterização dos entrevistados por casal**

N	Nome	Idade	Escolaridade	Profissão/Actividade Profissional	Tipo de entidade empregadora	Situação conjugal	Nº de filhos	Tipo de horário trabalho	Tipo de ajuda	Modo cuidados criança
1	Pedro	48	6ª Ano	Mecânico	Conta própria	União de facto	4	Dois períodos	Familiares	Escola
	Catarina	43	4ª Classe	Rabidante (Comércio roupas)	Conta Própria Comércio Informal	União de facto	4	Dois períodos	Familiares	Família
2	José	38	Licenciatura	Gestor de Empresa Turístico	Administração Pública	Casado	2	Período único 8h	Empregada doméstica	Escola
	Josefa	34	Licenciatura	Técnica superior Rel. Públicas	Empresa do Sector Público	Casada	2	Período único 8h	Empregada doméstica	Empregada
3	Alexandre	40	Mestre	Professor Universitário	Empresa do Sector Privado	União de facto	3	Tempo inteiro 8h	Empregada doméstica	Escola
	Carla	33	Licenciatura	Técnica superior Diplomata	Administração Pública	União de facto	3	Período único 8h	Empregada doméstica	Empregada
4	Manuel	27	12º Ano	Recepcionista	Empresa do Sector Privado	União de facto	2	Período único 8h	Familiares	Jardim
	Maria Helena	23	8º Ano	Empregada Doméstica	Sector Privado	União de facto	1	Tempo inteiro 10h	Familiares	Família
5	Miguel	41	Curso Técnico	Engenheiro Civil	Administração Pública	Casado	1	Período único 8h	Empregada doméstica	Escola
	Joana	39	Licenciatura	Psicóloga	Administração Pública	Casado	1	Período único 8h	Empregada doméstica	Empregada
6	Eurico	29	Licenciatura	Economista	Administração Pública	União de facto	1	Período único 8h	Familiares	Jardim
	Márcia	26	Licenciatura	Téc. Admin. Informática e Gestão	Empresa do Sector Privado	União de facto	1	Período único 8h	Familiares	Família
7	Francisco	28	12º Ano	Empregado Bancário	Empresa do Sector Privado	União de facto	1	Período único 8h	Empregada doméstica	Jardim
	Atina	29	Licenciatura	Técnica Superior Gestora de Projectos	Administração Pública	União de facto	1	Período único 8h	Empregada doméstica	Empregada
8	Jacinto	38	12ºano	Téc. de labor. e Análises Clínicas	Administração Pública	União de facto	1	8h por turno	Empregada doméstica	Jardim
	Vânia	32	Licenciatura	Professora	Empresa do Sector Público	União de facto	1	Período único 8h	Empregada doméstica	Empregada
9	Marcos	44	6ª Classe	Condutor	Administração Pública	União de facto	7	Período único 8h	Familiares	Escola
	Salomé	42	6ª Classe	Empregada Serviços Gerais	Administração Pública	União de facto	3	Período único 8h	Familiares	Família
10	António	41	11º Ano	Sócio/Gerente	Empresa do Sector Privado	Casado	3	Dois períodos 8h	Empregada doméstica	Jardim/escol
	Alice	39	9º Ano	Supervisora Comercial	Empresa do Sector Privado	Casada	3	Dois períodos 8h	Empregada doméstica	Empregada

Segundo as entrevistas realizadas, tendo em conta as variáveis trabalho e profissão; participação na esfera pública e privada, mais concretamente, a distribuição das tarefas domésticas, cuidados com os filhos (quadro 8); e sentido dos direitos e das necessidades, permite demonstrar claramente que as formas contemporâneas de divisão familiar de trabalho apresentam desigualdades entre os casais e que o duplo emprego é um modelo actualmente em evolução em Cabo Verde.

**Quadro n°8 – Divisão das tarefas domésticas e cuidados com as crianças**

Principais executantes	M	H	Ambos	Outros
Tarefas	N	N	N	N
Fazer as refeições	5	--	--	8
Tratar de loiça	4	--	--	8
Tratar de roupa	3	--	--	8
Fazer a limpeza da casa	3	--	--	7
Reparações	--	10	--	--
Tarefas administrativas	6	3	--	1
Questões escolares	4	2	4	--
Levar ao médico	4	--	7	1
Levar à escola	2	5	--	3
Ir buscar à escola	2	6	--	3
Apoiar nas tarefas extra -escolares	3	1	--	6
Alimentar as crianças	6	--	7	6
Passeios/festas, outros	4	1	4	0
Fazer as compras	4	--	6	1
Decisões na família	--	--	10	0
Total	50	28	38	52

Comparativamente ao trabalho e profissão, as informações recolhidas revelam que muitas das mulheres trabalham a tempo inteiro, "...Trabalho a tempo inteiro, oito horas por dia, às vezes mais (Márcia, 26 anos, licenciada em Informática de Gestão). O modelo de organização familiar com maior peso continua ser o que atribui ao sexo feminino o principal encargo pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados com as crianças "Sinto-me satisfeita. Gosto de cuidar dos meus filhos mas sinto uma certa falta da presença paternal. Se tivesse maior presença paternal sentir-me-ia mais satisfeita", (Carla, 33 anos, licenciada em Relações Internacionais). Por outro lado, aos homens atribuem-se a si próprios o principal encargo pelo trabalho profissional. "Eu preocupo-me mais com o sustento da família. A esposa preocupa-se mais com as actividades em casa..., e eu estou mais como um supervisor" (José, 38 ano, licenciatura em Turismo). Esta passagem evoca a imagem do homem como chefe e provedor da família, independentemente do nível de instrução e da qualificação profissional, decorrente de um processo de socialização, perpetuado através da herança educacional e cultural.

No que concerne à participação na esfera pública e privada, mais exactamente, a distribuição das funções domésticas e dos cuidados com as crianças, é possível fazer uma

observação segundo as classes sociais: Os casais mais instruídos e com profissões mais qualificadas que recorrem ao apoio profissional doméstico pago e dos serviços de protecção de cuidados com os filhos; e os outros que somente recorrem aos apoios informais da rede de parentesco. Os dados dos indivíduos entrevistados, permitem inferir de uma forma geral que a distribuição das tarefas domésticas e cuidados com os filhos é desigual. No primeiro nível, a divisão das tarefas entre os casais é mais igualitária e a dupla jornada é mais baixa, porque externalizam tarefas domésticas recorrendo aos serviços de uma empregada.

Tenho pouco que queixar... Temos uma empregada que vem de Segunda ao Sábado e que nos ajuda nas tarefas durante a semana... De resto, o que ficar para ser feito ao fim do dia, fazemos. Durante a semana ela toma conta da alimentação. Quanto ao pôr e tirar a mesa eu ou o meu companheiro ... tanto faz, lava loiça também. Pontualmente durante a semana limpo a casa, embora a empregada faça esse trabalho. Vamos nós dois às compras. Lavar a roupa é com a empregada. Engomar a roupa é com a empregada (Atina, 29 anos, licenciada, Empregada Bancária).

No tocante aos cuidados com os filhos, a situação é também equilibrada, no sentido que os filhos durante uma boa parte dia estão nas creches, jardins-de-infância ou a frequentarem a escola. E a empregada doméstica cuida também das crianças enquanto os pais trabalham.

Cuido dos filhos. Trato das questões escolares. Eu e minha mulher. Participo das reuniões convocadas pela escola. Isso depende do meu tempo e do tempo que dividimos. Levar ao médico é muito natural...mesmo que esteja fora é só chamar e já estou de prontidão. Quanto a dar de comer é uma coisa que eu deixo para a empregada (Alexandre, 40 anos, Professor Universitário).

No segundo caso, o dos grupos menos privilegiados, a dupla jornada é mais elevada e a participação por parte dos homens é assimétrica. Os homens prestam apoios pontuais que se resumem a pequenas actividades, nomeadamente as questões administrativas, ir às compras, algumas reparações e consertos em casa. As restantes tarefas recaem sobre as mulheres, como por exemplo cozinhar, lavar a roupa, passar ferro, limpeza da casa, entre outras.

Cozinhar, eu faço. Às vezes as minhas filhas também cozinham. Eu faço tudo. Se estou no trabalho as minhas filhas cozinham e lavam a loiça. Como estão de férias escolares elas arrumam a casa. Eu levanto-me cedo, faço o pequeno-almoço, eu elaboro a lista de compras, lavo a roupa, eu passo o ferro. Às vezes as minhas filhas lavam as peças de roupas mais leves.

As minhas filhas fazem a cama e eu faço as compras. Quanto aos consertos o meu companheiro é quem conserta (Salomé, 42 anos, 6ª classe, Ajudante de Serviços Gerais).

Relativamente aos cuidados com os filhos, alguns dos entrevistados recorrem quase sempre a apoios de elementos familiares, principalmente se a família for alargada, para tomar conta das crianças enquanto estão a trabalhar.

Nós os dois tratamos da questão escolar mas para pagar a escola eu é que vou pagar. As reuniões e outras actividades na escola não participamos porque o tempo é pouco. Quando a criança está doente eu é que levo para ao hospital e fico em casa a cuidar dela. Para levar e ir buscar no jardim, o meu cunhado nos apoia e para dar de comer a minha mãe às vezes nos ajuda (Maria Helena, 23 anos, 8º ano, Empregada Doméstica).

Para finalizar, no referente ao sentido dos direitos e das necessidades, os dados dos entrevistados mostram que existem expectativas em relação às entidades patronais. Gostariam de obter da entidade patronal algum apoio que lhes facilitasse a conciliação entre a esfera profissional e familiar, assim como por parte do Estado. Mas por outro lado mencionam o direito que muito valorizam de poderem trabalhar segundo a modalidade da “jornada contínua”, de 6 horas diárias, que confere a possibilidade de melhor gerir os tempos de trabalho e os tempos familiares.

Acho que a minha instituição ao praticar o horário contínuo fez alguma coisa, embora tenho apenas meia hora para o almoço. Antes tínhamos menos tempo para a família, agora com o horário único temos mais tempo para a família. Acho também que precisamos de locais aonde levar as crianças para que possam brincar. Na minha zona de residência considero ter alguns privilégios ao ter duas praças, por exemplo. No futuro se o cinema vier a funcionar posso então dizer que tenho aonde levar a família. Estamos num período em que a Administração Pública permite que uma mãe consiga sair as quatro horas da tarde e levar a filha à consulta. Por exemplo, temos mais tempo durante o período do dia para estar com a família contrariamente ao antigo horário. Acho que o regime de horário permite conciliar a vida profissional e a vida privada (Joana, 39 anos, Técnica Superior da Função Pública).

Eu entro às 7H00 no trabalho e trabalho ininterruptamente até às 15h00. Acho que não deveria ser assim. Gostaria que houvesse um intervalo para o lanche, mas graças a Deus o patrão nos dá o pequeno-almoço. Em relação às férias ou mesmo em caso de doença não tenho queixas do patrão (Manuel, 27 anos, 12º ano, Recepcionista de Hotel).



De forma geral observa-se uma tendência em adotar uma perspectiva da empresa e organização em determinar o que é praticável, privilegiando muitas vezes os direitos da empresa e da organização, em favor das suas próprias necessidades.

Onde trabalho não tenho razões de queixa, quer em termos de férias ... Aquilo que preciso, tenho, por exemplo, se a mulher está doente pedimos, deixam-nos ir. Não tenho nada que queixar. Mas a não ser que não haja alguém para nos substituir, pedem-nos para aumentar a carga horária (Francisco, 28 anos, 12º ano, Empregado Bancário).

È notório que os membros da família assumem as suas responsabilidades individuais no seio da família, mas ainda prevalece a expectativa de que o Estado tem o dever de apoiar as famílias. E alguns dos entrevistados são da opinião que o Estado tem um papel fundamental na promoção, criação de condições favoráveis para o equilíbrio entre a família e trabalho, sobretudo, na redução das horas de trabalho, equipamentos sociais públicos, horários mais flexíveis, transportes, creches, cantinas, licença de maternidade e paternidade entre outros.

Acho que é preciso fazer um leque de coisas. Por exemplo com o horário único é inconcebível que não tenhamos um refeitório. O Estado deveria participar na alimentação dos funcionários, com um subsídio talvez. Com a falta de transporte às vezes temos de almoçar fora de casa gastando mais dinheiro. Se houvesse a possibilidade de o Estado adquirir viaturas para o transporte dos funcionários, acho que isso nos facilitaria muito. Em relação à licença de paternidade, acho que o homem deveria ter pelos menos 15 dias, para também poder acompanhar o filho. Acho que todos gostam de partilhar aquele momento... (Eurico, 29 anos, Técnico Superior).

Vê-se bem expresso, neste testemunho, o sentido das necessidades dos trabalhadores cabo-verdianos, ao identificarem o que poderia ser facilitador da sua qualidade de vida em termos de conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares. No entanto, o sentido dos direitos não parece estar em conformidade com o que a lei (supostamente) confere, ao permitir que os pais gozem um tempo de licença de paternidade igual ao das mães, somente nos casos da morte ou a incapacidade física ou psíquica mãe. Pode assim dizer-se, com Suzan Lewis, que muitas das vezes os trabalhadores têm um sentido dos direitos, que em termos de expectativas, ultrapassa o que a lei lhes confere.

## **Conclusão**

As velhas concepções sobre a noção do género, vistas como uma atribuição naturalista, entraram em declínio. Este conceito, entendido como uma construção social, cultural e psicológica do indivíduo masculino e feminino, está cada vez mais a ganhar espaço, graças ao processo social contemporâneo, a globalização. Este, num sentido abrangente, com vertentes económicas, ambientais, culturais, comunicacionais, políticas e militares, possibilitou o alargamento e a intensificação das relações sociais à escala mundial, ocorrendo em grande medida nas dimensões nacionais e transnacionais, unindo localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa (Santos, 2001:31).

A rápida e profunda mudança, ocorrida a partir dos meados do século XX, foi decisiva na transformação da vida familiar e dos indivíduos. Verificam-se a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho; maior indiferenciação de papéis de género; uma nova arquitectura das posições femininas na divisão do trabalho; e progressões nas qualificações académicas, o que contribuiu para a profissionalização das mulheres e aumento da autonomia feminina tanto na vida privada como pública. A entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho profissional fez com que hoje seja evidente uma competição, quase de forma igualitária, com os homens em muitas ocupações, constituindo assim as mulheres uma categoria profissional activa no mercado de trabalho.

A análise dos indicadores demográficos ilustra que de 1980 a 2008, a família em Cabo Verde passou por mudanças importantes. A taxa de natalidade não parou de diminuir. É notório o menor número de casamentos civis e menor número de contrair casamentos religiosos, isto é, uma crescente laicização. Os casamentos ocorrem mais tarde, devido ao prolongamento do percurso escolar e o percurso profissional. A taxa de divórcio, tende a subir. Essas mudanças contribuíram para novos valores e representações sociais. A nível nacional pode-se afirmar que apesar das mudanças rápidas nas dinâmicas e estruturas familiares, é possível encontrar alguma diversidade entre o tradicionalismo e a contemporaneidade.

Neste âmbito, também é preciso ver a outra face da sociedade Cabo-verdiana que apesar das transformações ocorridas durante essas décadas, a diversos níveis, ainda apresenta algumas deficiências no que diz respeito à articulação família e trabalho. Prevalece, também uma certa precariedade laboral, afectando principalmente as mulheres que ocupam

maioritariamente o sector informal de actividades e as profissões menos qualificadas e mais mal pagas. A legislação apresenta algumas lacunas e deficiências, na medida em que não consigna de forma clara e precisa a questão de conciliação entre a vida profissional e familiar. Assim como, no que toca à maternidade, importaria ser revisto o modelo de licenças de maternidade e paternidade, promovendo-se uma maior participação dos homens nos cuidados e apoios aos filhos desde tenra idade. A exemplo do que ocorre nos países com políticas de apoio à conciliação entre trabalho profissional e vida familiar, será preciso criar mais condições em termos de equipamentos sociais, como por exemplo creches, infantários, centros de dia e lar de idosos. Estes equipamentos, poderão, aliás, constituir factor de empregabilidade e promover o desenvolvimento social e o bem-estar das populações. É igualmente necessária a melhoria da rede de transportes públicos, com introdução de horários que melhor se combinem com o horário de trabalho; criação de cantinas sociais nos serviços, tanto públicos como privados, assim como a atribuição de um subsídio de alimentação para os trabalhadores. Enquanto nas instituições públicas o horário de período único já foi implementado, nas empresas do sector privado permanece o horário com dois períodos, sendo portanto desejável alargar o horário de período único para outros sectores de actividade, proporcionar horários mais flexíveis, a par com horários fixos e comuns reduzidos, adoptar saldo de horas e semana de trabalho mais comprimidos, sempre que as áreas de actividade o permitam. E, também, introduzir o sistema de trabalho em tempo parcial, para ambos os sexos de modo a que se pai e mãe contribuem profissionalmente para o orçamento familiar igualmente possam em paridade contribuir para o cuidado dos filhos, nomeadamente quando estes são de tenra idade.

No concernente à divisão familiar de trabalho, os dados recolhidos revelam algumas mudanças de comportamento e atitude nos casais, visando uma aproximação aos modelos igualitários, mas ainda é perceptível a divisão assimétrica do trabalho, com uma distribuição das tarefas domésticas e de cuidados com os filhos com maior incidência na mulher, do que resulta a sua sobrecarga em relação ao homem, isto é, a dupla jornada laboral, profissional e doméstica, está confinada às mulheres. Os casais mais escolarizados e com emprego mais qualificado, recorrem sempre ao apoio das empregadas domésticas, enquanto as camadas menos escolarizadas, com profissões menos qualificadas e menos remuneradas, praticamente estão destinadas a recorrer aos apoios familiares e à dupla jornada nos cuidados com terceiros. Os homens tendem a realizar tarefas menos exigentes com menos carga horária e mais pontuais, como pequenos consertos em casa ou passeios com as crianças, apoiando porém, por vezes, alguns, nas tarefas domésticas como lavar a loiça, fazer compras, levar e ir buscar

as crianças à escola, tarefas de carácter mais rotineiro mas que em geral são asseguradas pelas mulheres ou pelas empregadas, nos casais de profissões mais qualificadas.

Em síntese, é de salientar que os dados recolhidos permitem confirmar as inferências e as hipóteses levantadas. As estratégias de articulação trabalho-família na sociedade Cabo-verdiana despontam num confronto entre ideologia de género, sentido dos direitos e sentido de necessidades, tendo em devida atenção, o uso dos benefícios do Estado como o agente indispensável tanto a nível das políticas de família como das políticas laborais. Verificou-se, ainda que consoante as exigências em termos de responsabilidades profissionais, os actores sociais organizam o seu dia-a-dia, tendo sempre em consideração o ambiente organizacional e a negociação psicológica.

## Bibliografia

- Almeida, Ana Nunes, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall, (1998), *Relações Familiares: Mudança e Diversidade*, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (Org.), *Portugal Que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp. 45-77.
- Amâncio, Lúcia (Org.) (2004), *Aprender a ser Homem*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Aron, Raymond (1994), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, publicações Dom Quixote, 3ª edição, pp.522-534.
- Bourdieu, Pierre (1999) *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Carreira, António (1984), *Cabo Verde: Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*, Lisboa, Biblioteca Ulmero, nº 9, 2ª edição, pp. 159-160.
- Carreira, António (1983), *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, com o patrocínio da Comunidade Económica Europeia e Instituto Cabo-verdiano do Livro, Sintra.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Lisboa, Edição Cosmos.
- Carreiras, Helena (2002), *Mulheres em Armas: A Participação Militar Feminina na Europa do Sul*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. II, pp. 167-292.
- Castells, Manuel (2003), *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol.1, pp. 1-21.
- Censos 1980, 1990, 2000 e 2008*, Cabo Verde, INE.
- Código Laboral Cabo-verdiano, Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, 2008.
- Connel, R.W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press, pp. 1-10.
- Constituição da República de Cabo Verde de 1992, revisão de 2010, Assembleia Nacional, Praia.
- Constituição da República de Cabo Verde, Lei Constitucional nº 1/VII/2010, *Boletim Oficial (B.O)*, I Série, 17, de 3 de Maio de 2010, pp. 410-424.
- Crompton, Rosemary (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Crompton, R., e C. Lyonette (2007), “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português”, in Karin Wall e Lúcia Amâncio (Orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 93-127.
- Durkheim, Émile (1995) – *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, 6ª Edição, Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-60.
- Giddens, Anthony (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 57.
- Giddens, Anthony (2005), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grassi, Marzia, e Iolanda Évora (2006) (Org.), *Género e Migrações Cabo-verdianas, Estudos e Investigações*, 43, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (ICS), pp. 13-20.

- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial*. PME em Portugal, Oeiras, Celta Editoras.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), *Trabalho, Família, Gerações. Conciliação e Solidariedade*, Lisboa, CIES.
- Guerreiro, Maria das Dores (1999), "Sense of Difficulties and Sense of Needs in Reconciling Family and Work", *Actas do Nineth European Congress on Work and Organizational Psychology*, Helsinquia, Finlândia.
- Guerreiro, Maria das Dores (2000), *Conciliação entre a Vida Profissional e Familiar – Apresentação*, Comissão de Coordenação do Fundo Social Europeu, (CC/FSE) Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.
- Guerreiro, Maria das Dores e Inês Pereira (2006), *Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-família, Experiência do Prémio Igualdade é Qualidade*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa, estudos nº 5.
- Guerreiro, Maria das Dores, Vanda Lourenço e Inês Pereira (2006), *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar*, Manual para as Empresas, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Hoog, Kees de (1998), Famílias e Trabalho, Desenvolvimento de políticas familiares, in Maria das Dores Guerreiro (Org.), *Trabalho, Família, Gerações. Conciliação e Solidariedade*, Lisboa, CIES, pp. 267-277.
- Instituto Nacional de Estatística e Ministério da Saúde (2008), *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II), 2005*, Praia.
- Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género, *Plano Nacional Para a Igualdade e Equidade de Género 2005-2009*. [www.icieg.cv](http://www.icieg.cv)
- Kimmel, Michael (2000), *The Gender end Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Krippendorff, K. (1980), *Content Analysis. An Introduction to its Methodology*, London, Sage, pp.18- 43.
- Lewis, Suzan (1998), "O sentido dos direitos a apoios para a conciliação entre trabalho e vida familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, CIES/Celta, 27, pp. 27-39.
- Lima, Marinús Pires (1987), *Inquérito Sociológicos, Problemas de Metodologia*, Lisboa, Editorial Presença, pp.20-29.
- Lipovetski, Gilles (1997), *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminismo*, Lisboa, Instituto Piaget, p.199.
- Michel, André (1972), *Sociologie de la Famille et du Mariage*, Paris, Presses Universitaire de France, pp. 71-80.
- Michel, André (2007), *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio de Janeiro, FGV, Editora.
- Ministério da Qualificação e Emprego (2008), *Estudo-Diagnóstico sobre o Mercado de Emprego em Cabo Verde*, ISE, IEFP/INE, Praia.
- Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011. Página oficial do governo de Cabo Verde: [www.governo.cv](http://www.governo.cv)
- Questionário dos Indicadores Básicos do Bem-estar - QUIBB, 2006 e 2007, INE.
- Quivy, R. e L. Chempenhoud (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Revista, *Mudar a Vida*, 2005, Projecto "Centro de Formação em Consultoria em Conciliação Trabalho e Família".
- Rocha, Maria Custódia Jorge da (2005), *Educação, Género e Poder: Uma abordagem Política, Sociológica e Organizacional*, Dissertação de Doutoramento em Educação.

- Santos, Boaventura Sousa, (Org.) ( 2001), *Globalização, fatalidade ou utopia?*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento, p. 31.
- Schmitter, Philippe C. (2008), “The design of social & political research”, In Della Porta, Donatella e Michael Keating (eds.) *Approaches and Methodologies in the social Sciences. A Pluralist Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Scott, Joan Wallach (1999), *Gender and The Politics of History*, revised Edition, New York, Columbia University Press, pp. 28-53.
- Torres, Anália Cardoso, (2001), *Sociologia do Casamento, A família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, (2004), *Vida Conjugal e Trabalho. Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, e Ana Moura (2004), *Contextos Conjugais e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres: Relatório Final*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.
- Torres, Anália, Francisco Silva, Teresa Monteiro, e Miguel Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre a Família e o Trabalho*, Lisboa, CITE.
- Touraine, Alain, (2007), *O mundo das mulheres*, Petrópolis, Editora Vozes.

## Anexo A

Quadro nº1 – Evolução do panorama demográfico e familiar 1980-2008 (%)

	Anos					
	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Estado matrimonial masculino:						
Solteira(o) %.....	52,7	51,7	58,1	50	--	--
Casado(o) %.....	31,0	28,6	16,6	14	--	--
União de facto %.....	13,9	17,7	22,4	22	--	--
Separado/divorciado % .....	0,9	0,7	1,7	5	--	--
Estado matrimonial feminino:						
Solteira(o) %.....	50,6	48,6	50,9	46	--	--
Casado(o) %.....	29,2	28,6	17,0	15	--	--
União de facto% .....	12,4	15,7	22,5	22	--	--
Separado/divorciado %.....	2,2	1,4	4,0	10	--	--
Casamento:						
Taxa bruta de nupcialidade (%) <sup>18</sup> .....	--	2,4	1,9	--	--	--
Evolução da nupcialidade dos solteiros: Idade da primeira união						
Homens .....	27,3	28,0	28,8	--	--	--
Mulheres.....	24,3	22,9	24,6	--	--	--
Evolução da população de 12 anos ou mais a viver união de facto:						
Homens .....	30,9	38,9	57,4	--	--	--
Mulheres.....	29,8	35,8	56,9	--	--	--
Idade média da mulher na primeira união.....	25,2	--	24,6	--	--	--
Idade média do homem ao primeiro casamento.....	27,8	--	28,8	--	--	--
Fecundidade:						
Taxa bruta de natalidade (%) <sup>19</sup> .....	35,2	38,4	29,3	--	--	24,4
Taxa de crescimento anual médio.....	--	--	1,8	--	1,7	--
Índice sintético de fecundidade (filhos/mulheres) <sup>20</sup> .....	7,0	5,5	4,0	--	2,8	--
Taxa bruta de reprodução .....	2,3	--	1,9	--	1,4	--
Idade média de fecundidade (mulher o primeiro filho).....	31,5	--	29,2	--	27,8	--
Número médio de filhos por mulher.....	2,8	2,1	2,8	--	--	--

(Continua)

<sup>18</sup> - Números de casamentos ocorridos durante o ano de referência, referido à população média deste ano, por 100 habitantes.

<sup>19</sup> - Número de nascimentos ocorridos durante o ano de referência por 1000 habitantes.

<sup>20</sup> - Número médio de filhos por mulheres em idade fecunda dos 15 aos 49 anos.



<i>(Continuação)</i>	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Vida doméstica das famílias:						
Tamanho médio dos agregados familiares <sup>21</sup> .....	--	5,1	4,6	--	4,7	--
Tipo de agregado doméstico						
Unipessoais <sup>22</sup> .....	--	--	12,2	9,1	9,1	--
Homens.....	--	--	13,5	11,3	10,2	--
Mulheres.....	--	--	10,2	6,7	7,8	--
Casais isolados <sup>23</sup> .....	--	--	4,0	4,3	4,2	--
Homens.....	--	--	6,1	7,3	7,4	--
Mulheres.....	--	--	--	0,7	0,3	--
Conjugais nucleares <sup>24</sup> .....	--	--	26,9	43,0	39,6	--
Homens.....	--	--	41,9	62,2	60,5	--
Mulheres.....	--	--	--	19,1	13,7	--
Monoparentais <sup>25</sup> .....	--	--	16,7	33,8	36,9	--
Homens.....	--	--	2,8	9,3	12,3	--
Mulheres.....	--	--	37,5	63,8	67,5	--
Agregados familiares por regime de ocupação de unidade de alojamento						
Casa Individual/própria.....	--	--	79,7	87,0	--	84,6
Apartamento.....	--	--	4,7	5,0	--	5,8
Vivenda.....	--	--	0,5	0,1	--	0,2
Casa arrendada.....	--	--	21,1	15,7	--	--
Barraca.....	--	--	1,2	1,2	--	0,7
Parte da casa.....	--	--	13,9	6,8	--	7,7
Esperança de vida (anos) total HM.....	57,0	68,4	70,8	--	72,5	--
Homens (anos).....	58,7	65,7	66,5	--	68,5	--
Mulheres (anos).....	60,6	71,3	74,9	--	76,3	--

*(Continua)*

<sup>21</sup> - Entende-se por agregado familiar um grupo de pessoas aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e autoridade de um chefe, mantendo em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário. O tamanho médio do agregado significa que o número de pessoas que cada agregado familiar teria, se fosse todos iguais, tendo em conta a população e o número de agregados familiares em referência.

<sup>22</sup> - Trata-se dos agregados de uma só pessoa.

<sup>23</sup> - Agregados familiares constituídos exclusivamente pelo chefe e respectivo cônjuge.

<sup>24</sup> - Agregados constituídos por um dos pais, os filhos e inclui ou não enteados, ou então constituídos por um dos pais e os enteados.

<sup>25</sup> - Agregados constituídos por um dos pais, os filhos e inclui ou não enteados, ou então constituídos por um dos pais e os enteados.

<i>(Continuação)</i>	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Escolaridade e mercado de trabalho						
Taxa de analfabetismo da População residente com 15 e mais anos .....	--	37,2	25,2	--	--	--
Homens.....	--	25,2	16,5	--	--	--
Mulheres.....	--	47,0	32,2	--	--	--
15 a 34 anos.....	--	18,8	7,6	--	--	--
35 a 49 anos.....	--	51,3	32,6	--	--	--
Taxa de alfabetização dos adultos dos 15 anos ou mais .....	--	--	74,8	78,9	79,6	--
15 – 24 anos.....	--	--	--	96,7	95,9	--
Homens.....	--	--	--	96,2	95,4	--
Mulheres.....	--	--	--	97,2	96,6	--
População residente com 15 ou mais anos com ciclo preparatório .....	--	--	74,3	--	--	--
Homens (%) .....	--	--	74,9	--	--	--
Mulheres (%) .....	--	--	73,7	--	--	--
População residente com 15 e mais anos com o ensino secundário (%) .....	--	--	16,9	--	--	--
Homens (%) .....	--	--	17,3	--	--	--
Mulheres (%) .....	--	--	16,5	--	--	--
População residente com 15 e mais anos com o ensino médio/superior completo (%) .....	--	--	3,1	--	--	--
Homens .....	--	--	3,7	--	--	--
Mulheres .....	--	--	2,4	--	--	--
Taxa líquida de actividade .....	--	--	68,9	62,2	60,5	--
Homens (%) .....	--	--	74,4	--	67,3	--
Mulheres (%) .....	--	--	64,1	--	54,4	--

Fontes: Censos 1980, 1990, 2000, Questionário dos indicadores básicos do bem-estar - QUIBB 2006, Inquérito ao Emprego 2006 e 2008, INE/IEFP.

**Quadro nº2** – População activa com 15 anos ou mais, empregada e desempregada segundo o sexo e nível de instrução (%)

Empregado						
Nível de instrução	2006			2008		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Alfabetização	2	5	3	2	5	3
EBI	63	58	61	56	54	56
Secundário	28	31	29	33	32	33
Curso médio	1	2	2	1	2	1
Curso superior	4	4	4	4	3	4

Fontes: Censo 2000 e Inquérito ao Emprego, 2006 /2008 - IEF/INE.

**Quadro nº3** – População empregada, com 15 ou mais anos, segundo o sexo por situação na profissão, 2000 -2006

Situação na Profissão	Anos									
	2000						2006			
	Total		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total Cabo Verde .....	133296	100	72573	100	60723	100	82909	55	68487	45
Trabalhador da administração Pública .....	25878	19,4	13388	18,4	12490	20,6	10201	48	10927	52
Trabalhador do sector empresarial privado .....	23412	17,6	16269	22,4	7143	11,8	26051	69	11595	31
Trabalhador do sector empresarial do Estado .....	5812	4,4	4013	5,5	1799	3,0	2257	68	1066	32
Trabalhador por conta própria .....	41515	31,1	22534	31,1	18981	31,3	21395	46	25400	54
Patrão / Empregador .....	3529	2,6	2471	3,4	1058	1,7	5753	75	1935	25
Trabalhador familiar sem remuneração .....	14613	11,0	5001	6,9	9612	15,8	9859	51	9412	49
Outra situação .....	18537	13,9	8897	12,3	9640	15,9	1950	68	929	32

Fontes: Censo 2000, INE e ISE 2006.

**Quadro nº4** – População com 15 anos ou mais, empregada segundo o sexo por sector e secção de actividade (%)

Secções da Actividade Económica	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Total</b> .....	<b>138110</b>	<b>100</b>	<b>75100</b>	<b>54,4</b>	<b>63010</b>	<b>45,6</b>
<b>Sector primário</b> .....	<b>32973</b>	<b>100</b>	<b>17091</b>	<b>51,8</b>	<b>15882</b>	<b>48,2</b>
Agricultura, Produção animal, Caça e silvicultura .....	28102	100	13083	46,6	15019	53,4
Pesca .....	3675	100	3560	96,9	115	3,1
Indústrias Extractivas .....	1196	100	448	37,5	748	62,5
<b>Sector secundário</b> .....	<b>26324</b>	<b>100</b>	<b>21960</b>	<b>51,8</b>	<b>4364</b>	<b>48,2</b>
Indústrias transformadoras .....	9820	100	6744	68,7	3076	31,3
Produção e Distribuição de Electricidade .....	907	100	779	85,9	128	14,1
Construção .....	15597	100	14437	92,6	1160	7,4
<b>Sector terciário</b> .....	<b>78813</b>	<b>100</b>	<b>36049</b>	<b>45,7</b>	<b>42764</b>	<b>54,3</b>
Comercio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos de bens de uso pessoal e doméstico ....	23546	100	8435	35,8	15111	64,2
Alojamento e restauração (restaurantes e similares) .....	3497	100	1375	39,3	2122	60,7
Transportes, Armazenagem e comunicações .....	8071	100	7011	86,9	1060	13,1
Actividades Financeiras .....	715	100	312	43,6	403	56,4
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados as empresas .....	1555	100	1142	73,4	413	26,6
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória ...	19661	100	11055	56,2	8606	43,8
Educação .....	8006	100	2863	35,8	5143	64,2
Saúde e acção social .....	1797	100	681	37,9	1116	62,1
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais ...	5259	100	2697	51,3	2562	48,7
Famílias com empregados domésticos .....	6257	100	216	3,5	6041	96,5
Organismos Internacionais e outras Instituições extra territoriais .....	449	100	262	58,4	187	41,6

Fonte: Censo 2000, INE.

**Quadro nº5** – Distribuição da população empregada segundo o sexo por profissão

Profissão	Anos							
	2005				2006			
	Efectivo		%		Efectivo		%	
M	H	M	H	M	H	M	H	
Forças Armadas .....	0	309	0	100	0	190	0	100
Quadros Superiores/ Dirigentes .....	2864	3606	44	56	3151	3541	47	53
Especialistas .....	2473	2799	47	53	1855	2614	41	59
Técnicos Profissionais .....	3900	4153	48	52	3902	2948	57	43
Administrativos .....	3437	1734	66	34	4482	2309	66	34
Serviços/Vendedores .....	13421	7425	64	36	11117	4842	70	30
Agricultura/Pescadores .....	11113	15596	42	58	6513	15323	30	70
Operários .....	3981	22413	15	85	6830	18928	27	73
Operadores .....	819	6100	12	88	96	5908	2	98
Trabalhadores Não Qualificados .....	42260	23891	64	36	30052	25225	54	46
NR .....	11070	6674	62	38	490	1081	31	69
<b>Total</b>	<b>95.338</b>	<b>94700</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>68487</b>	<b>82909</b>	<b>45</b>	<b>55</b>

Fontes: IEFP, INE, ISE 2005 e ISE 2006.

**Quadro nº6** – População com 15 anos ou mais, empregada segundo o sexo por sector de actividade (%)

Secções da Actividade Económica	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Cabo Verde .....	138110	100,0	75100	100,0	63010	100,0
Sector Primário .....	32973	23,9	17091	22,8	15882	25,2
Sector Secundário .....	26324	19,0	21960	29,2	4364	6,9
Sector Terciário .....	78813	57,1	36049	48,0	42764	67,9

Fonte: Censo 2000, INE.

## **Anexo B**

### **Guião de entrevista semidirectiva**

Gostaria que colaborasse comigo, respondendo, a um conjunto de perguntas de uma entrevista individual, no âmbito de um trabalho de dissertação de mestrado em Sociologia – Ramo Investigação, com a garantia que se guardará completa confidencialidade que quiser dar.

#### **1 - Identificação pessoal**

Nome

Sexo

Idade

Naturalidade

Nacionalidade

Residência actual

#### **2 - Escolaridade**

Qual o grau de escolaridade que possui?

#### **3 - Situações conjugais e agregados familiares**

Qual é o seu estado civil actual? Solteiro(a)? Casado(a)? União de facto? Divorciado(a) ou Separado (a)?

O seu/a sua actual companheiro(a)/marido/mulher é o seu/a sua primeiro(a) marido/mulher/companheiro(a)? Têm filhos juntos? Se sim, quantos, onde e com quem estão? Se não, porquê? Têm filhos com outros(as) companheiros(as)? Se sim, quantos, onde e com quem estão? Porquê?

Qual é a profissão dele (a)?

Com que idade o teve o seu primeiro filho? Porquê? Qual era a sua situação conjugal na altura? Gozou licença de maternidade ou paternidade? Quanto tempo esteve em casa quando cada filho nasceu? Na sua opinião foi o momento ideal para ser mãe/pai pela primeira vez? Os seus filhos foram planeados? Gostaria de ter mais? Porquê?

- Tem filhos/filhas? Se sim, quantos?
- Tenciona vir a ter mais filhos/filhas? Qual a idade dos seus filhos/filhas?
- Quantas pessoas fazem parte do grupo doméstico?

#### **4 - Alojamento**

Qual é tipo de alojamento que possui? Casa própria? Arrendada? Barraca ou Vivenda?

- Os seus filhos/filhas frequentam/frequentaram: Jardim-de-infância? Creches? Escola?  
Se sim, qual o último ano que completaram?

### **5 - Meios de vida e condições perante o trabalho e profissão**

Exerce alguma actividade profissional?

- Se exerce actividade profissional, qual? Desde quando? Tem progredido na sua trajectória profissional? Que profissões já desempenhou? Qual o vínculo laboral que possui com a entidade empregadora? Desde quando ali trabalha? Já progrediu na sua carreira? Em que regime de tempo exerce habitualmente a sua profissão? Gosta do que faz e sente-se realizada(o)? Se sim, em que sentido? Se não, porquê? Gostaria de exercer outra actividade profissional? Qual?

### **6 - Participação na esfera pública e na esfera privada**

Como ocupa o seu tempo para além do trabalho profissional, das tarefas domésticas e dos cuidados a terceiros? O que mais gosta de fazer? Fá-lo com que frequência? Com quem? Quais as possibilidades que tem de o fazer?

Como é organizada a vida doméstica? Como são realizadas as tarefas? Quem faz o quê?

E os cuidados a terceiros (filhos, idosos, outros)? Porquê? De que forma estão divididas as tarefas? Quem faz a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados a terceiros? Quem participa? Quem não participa? Porquê? Quem toma as decisões na família? Como são tomadas? Por quem? Quem participa? Quem não participa? Porquê?

Na sua opinião as tarefas são bem distribuídas? Como deveriam ser divididas as tarefas domésticas em casa e tomadas as decisões na sua família? Porquê? E nas famílias em geral?

### **7- Sentido dos direitos e das necessidades no trabalho**

O que tem no seu local de trabalho que facilite a CTVF?

O que deveria ter? Horários; cultura da presença até tarde; creches; refeitório; posto médico

O que acha que devia ser feito pela sua entidade patronal? E pelo estado?

Então acha que correu bem a entrevista? Tem algum pormenor que não foi dita e que queira acrescentar?